



TORRE DE
MONCORVO
assembleia municipal

ATA N.º 3

SESSÃO ORDINÁRIA

18 DE FEVEREIRO DE 2022

APROVADA NA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 29/04/2022.

1h,
m
Edo

-----**Aos dezoito dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e vinte e dois, pelas 09h30,**
no **Cine-Teatro de Torre de Moncorvo**, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de
Torre de Moncorvo convocada com a seguinte ordem de trabalhos: -----

1 - Período de Antes da Ordem do Dia: -----

1.1 Apreciação e votação da ata da sessão ordinária de 10 de Dezembro de 2021; -----

1.2 Informação de Correspondência; -----

1.3 Assuntos de interesse relevante para o Município; -----

2 – Período da Ordem do Dia: -----

• **Ponto 1** – Apreciação da Atividade Municipal e Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara [(alínea c) do n.º 2 do art. 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12.09];-----

• **Ponto 2** – Assembleia Municipal de Tabuaço - Moção "*Votar sempre com autonomia não admite retrocessos*"; -----

• **Ponto 3** – Proposta de Regulamento de Apoio à Natalidade; -----

• **Ponto 4** – Contrato Interadministrativo de delegação de competências da Câmara Municipal de Torre de Moncorvo nas Juntas de Freguesia do Concelho; -----

• **Ponto 5** –Requerimento n.º 01/2022 apresentado pelo Deputado Diogo Oliveira; -----

• **Ponto 6** –Requerimento n.º 02/2022 apresentado pelo Deputado José Aires; -----

• **Ponto 7** – Despacho "*Prorrogação do prazo de transferência para o Município das competências previstas no DL n.º 55/2020, de 12.08 - Domínio da Ação Social*"; -----

3 – Período de Intervenção do Público. -----

-----Feita a chamada, verificou-se a presença dos seguintes deputados municipais: -----

-----**Da Coligação Eleitoral PPD-PSD/CDS-PP:**-----

-----Luís Miranda Rei;-----

----- Pedro Miguel Pinto Carrasqueira; -----

-----Fernanda Maria Lourenço Trigo Silva; -----

-----Luís João Fernandes Dias; -----

-----João Augusto Leal Leonardo; -----

-----Catarina Patrícia Valente Lopes; -----

-----Ana Luísa Leonardo Gil (*Em substituição do deputado Bernardo Silva*); -----

-----Júlio César Rentes Frade; -----

-----**Presidentes de Junta de Freguesias:**-----

-----Maria Emília Gonçalves Rego Lopes - Freguesia de Açoreira; -----

-----Vítor Manuel Queijo Pereira - Freguesia de Cabeça Boa; -----

-----Francisco António Roque Braz – Freguesia de Carviçais; -----

-----Luísa Maria Pinto Ferreira – Freguesia de Castedo; -----

-----Alexandre Correia Martins – Freguesia de Horta da Vilariga; -----

-----Luís Miguel Lopes Pereira – Tesoureiro da Freguesia de Larinho; -----

-----António Manuel Martins – Freguesia de Lousa; -----

-----José Carlos de Sá Meneses – Freguesia de Torre de Moncorvo; -----

-----José Manuel Moreiras – União de Freguesias de Adeganha e Cardanha; -----

-----Vítor Manuel Amaro Vieira - União de Freguesias Felgar e Souto da Velha; -----

-----Adriano Luís Mendes Martins – União de Freguesias de Felgueiras e Maçores; -----

-----Patrícia Sofia Teixeira Neto - União de Freguesias de Urros Peredo dos Castelhanos; -----

-----**Do Partido Socialista (PS):** -----

-----José Manuel Rodrigues Aires; -----

-----Altina da Glória Lopes Pinto; -----

-----Fausto Edmundo Tiago; -----

-----Diogo Miguel Tomás de Oliveira; -----

-----Sílvia Maria Araújo Póvoa dos Santos; -----

-----Luís Miguel Lopes; -----

-----António Júlio Andrade; -----

----- **Presidente de Junta de Freguesia:**-----

-----Luiz Marcelino Lopes – Freguesia de Mós;-----

Verificou-se a presença dos vinte e oito membros que compõem esta Assembleia Municipal. ----

lh
M.
Pedro



Constituíram a Mesa: -----

Luís Miranda Rei – Presidente de Mesa;-----

Pedro Miguel Pinto Carrasqueira – 1.º Secretário; -----

Fernanda Maria Lourenço Trigo Silva – 2.ª Secretária.-----

-----**A CÂMARA MUNICIPAL** esteve representada pelo senhor Presidente da Câmara, Nuno Jorge Rodrigues Gonçalves. -----

-----A Assembleia Municipal, nos termos do n.º 1 do artigo 31.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi apoiada pela Licenciada Lúcia Alexandra Barbeiro Pissarro. -----

-----**Tendo-se procedido à gravação digital da sessão, nesta ata apenas se faz referência às intervenções ocorridas.** -----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito bom dia a todos. Vamos dar início à Assembleia Ordinária do dia 18 de fevereiro de 2022. -----

Iríamos, em primeiro lugar, proceder à chamada dos membros da Assembleia. -----

Está aqui o secretário da Mesa a dizer que o Sr. Deputado Bernardo Silva não está por motivos de saúde, porque teve que realizar uma intervenção cirúrgica. -----

Estão neste momento, vinte e sete membros, por isso temos quórum. -----

Antes de entrarmos no período de antes da ordem do dia, há aqui um pedido de agendamento, que é o despacho que estão a ver. Vamos fazer o enquadramento, e depois, a ser admitido este ponto na ordem de trabalhos, será o Ponto n.º 7, discutido posteriormente. -----

O enquadramento é o seguinte: foi publicado, no dia 14 de fevereiro, o Decreto-lei n.º 23/2020, relativamente à prorrogação da transferência de competências para as Autarquias Locais e entidades intermunicipais no domínio da ação social. A prorrogação deste prazo, a ser aceite, é para que estas competências só sejam transferidas, não no dia 1 de abril, como diz a Lei n.º 55, mas no dia 1 de janeiro de 2023. -----

(Dizer que chegou o Sr. Deputado Vítor Vieira, e por isso, estão presentes os vinte e oito membros). -----

Está aqui o despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal, a solicitar o seu agendamento, para depois ser discutido e votado – se for admitido, como disse – este ponto, nos termos do n.º 2 do artigo 50º do RJAL. -----

Então, iria pôr à votação dos Srs. Deputados a admissão deste despacho do Sr. Presidente da Câmara, relativamente ao consagrado na Lei n.º 23/2022. Como eu disse, neste momento vamos discutir só a admissão. E proceder à votação. A ser admitido, haverá uma alteração à ordem de trabalhos, e será o Ponto n.º 7. -----

Então, vamos votar. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou, por maioria, com 21 votos a favor e seis abstenções (dos deputados José Aires, Altina Pinto, Sílvia Santos, Diogo Oliveira, António Júlio Andrade e Luís Miguel Lopes), incluir o despacho do Sr. Presidente na Ordem de Trabalhos. -----

-----Não estava presente no momento da votação o Deputado Luiz Marcelino Lopes. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sendo assim, é admitido este ponto como Ponto n.º 7. -----

----- **1- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

PONTO 1.1 — APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 10 DE DEZEMBRO DE 2021.

-----Inscreveu-se para intervir neste ponto a deputada **Sílvia Santos** (PS). -----

-----**O Presidente de Mesa:** Faça favor, Sra. Deputada. -----

-----**A Deputada Sílvia Santos:** Bom dia a todos, Sr. Presidente da Câmara, Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Deputados -----

Votação ilegal na escolha dos representantes para a Assembleia Intermunicipal da CIM Douro:-----

Nos termos do artigo 83.º, n.º 1 do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, "A assembleia intermunicipal é constituída por membros de cada assembleia municipal, eleitos de forma proporcional, nos seguintes termos: -----

"a) *Dois nos municípios até 10 000 eleitores*", o que será o caso vertente. -----

Acresce que a sua "...eleição ocorre em cada assembleia municipal pelo colégio eleitoral constituído pelo conjunto dos membros da assembleia municipal, eleitos diretamente, mediante a apresentação de listas que não podem ter um número de candidatos superior ao previsto no número anterior e que devem apresentar, pelo menos, um suplente". -----

No caso as listas a apresentar à Assembleia Municipal seriam propostas por três deputados diretamente eleitos e de onde se excluem os Presidentes de Junta de Freguesia que fazem parte da Assembleia Municipal por inerência, pois não foram eleitos para este órgão. -----

Quanto aos mandatos distribuídos aos mesmos "são atribuídos, em cada assembleia municipal,

segundo o sistema de representação proporcional e o método da média mais alta de Hondt”, dispõe o número 3 deste artigo.-----

Em suma, a eleição dos representantes da nossa Assembleia Municipal na Assembleia Intermunicipal da CIM Douro, é nula, pois foi realizada contra a lei, ao permitir a votação dos Presidentes da Junta. -----

Solicitamos por todo o exposto a repetição da eleição em causa por a mesma se encontrar ferida de ilegalidade. Obrigada. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sra. Deputada. Mais alguma intervenção? Não. -- Então, iríamos votar a ata. Esse assunto será analisado e virá oportunamente a outra Assembleia. Atenção, não votam todos os deputados que não estiveram presentes na reunião de 10 de dezembro. Penso que só são dois deputados, a Sra. Deputada Ana Gil e o Sr. Deputado Luís Pereira. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal deliberou **por unanimidade de votos dos membros presentes, aprovar a “Ata da sessão ordinária de 10 de Dezembro de 2021”**. ----

-----*Não estava presente no momento da votação o Deputado Luiz Marcelino Lopes.* -----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

PONTO 1.2 — INFORMAÇÃO DE CORRESPONDÊNCIA.

-----Não houve inscrições neste ponto. -----

-----Resumo da correspondência recebida, registada sob os números 640/2021 a 57/2022 inclusive. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Relativamente à correspondência, está ali para consulta. Há um requerimento do Sr. Deputado Diogo Oliveira, que depois consta da ordem de trabalhos, há alguns requerimentos também do Sr. Deputado José Aires. -----

Há também aqui uma comunicação do Sr. Deputado Diogo Oliveira e do Sr. Deputado José Aires, a propósito do Conselho Municipal de Educação. -----

Foram-me entregues dois documentos. Um para votar – e podemos já votar – que é um voto de pesar, e que é o seguinte: -----

lh.
M.
Pedro

-----**Voto de Pesar**-----

“Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal, -----
As Bancadas do Partido PPD/PSD e CDS-PP vêm pelo presente propor a esta Assembleia um voto de pesar e um minuto de silêncio em memória do Sr. Manuel José Dinis, um Presidente de Junta com mais de vinte anos de poder autárquico e um membro da Assembleia Municipal no mandato anterior.” -----

São subscritores os Srs. Deputados João Leonardo e Luís Dias.-----
Não sei se alguém quer intervir, penso que não. Então, iríamos votar este voto de pesar, e depois, a ser aprovado, um minuto de silêncio. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal deliberou **por unanimidade, aprovar o voto de pesar, pelo falecimento do Sr. Manuel José Dinis**”. -----

-----**O Presidente de Mesa:** No sentido deste voto, iríamos guardar um minuto de silêncio em homenagem ao Sr. Manuel José Dinis. -----

-----**Minuto de silêncio**-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado a todos. -----
Ainda relativamente à correspondência, e para terminar, dizer que foi entregue à Assembleia Municipal uma carta de três cidadãos de Carviçais – o Sr. José Manuel Jerónimo Teixeira, o Sr. Luís Manuel Libano, e o Sr. José Manuel dos Santos Teixeira. O assunto é “Carviçais não quer uma fábrica poluidora”. Esta carta aborda a questão da possível instalação de uma fábrica em Carviçais, que, segundo eles dizem, isto passou nos canais de televisão, o objetivo é a transformação do bagaço de azeitona, falam da questão da proximidade do casario. É esse o assunto da carta. -----

Passávamos, então, ao Ponto n.º 1.3, Assuntos de interesse relevante para o Município. -----

PONTO 1.3 — ASSUNTOS DE INTERESSE RELEVANTE PARA O MUNICÍPIO. —

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **José Meneses** (Coligação PSD/CDS), **José Aires** (PS), **Francisco Braz** (Coligação PSD/CDS), **Luís Dias** (Coligação PSD/CDS), **Altina Pinto** (PS) e **João Leonardo** (Coligação PSD/CDS).-----

-----**O Presidente de Mesa:** Estão abertas as inscrições. Estão terminadas as inscrições, têm cinco minutos os Srs. Deputados a quem eu vou dar a palavra. -----

Começaria pelo Sr. Deputado José Meneses. -----

-----**O Deputado José Meneses:** Bom dia a todos, Sr. Presidente da Assembleia, Presidente de Câmara, deputados, Presidentes de Junta e funcionários, muito bom dia. -----

-----**Tomada de Posição**-----

"A Comissão Política do PSD de Torre de Moncorvo vem pelo presente meio manifestar a sua posição CONTRA a Fábrica de Descarçamento de Azeitona, Armazenagem e Secagem de Bagaço, na freguesia de Carviçais, em Torre de Moncorvo. A referida implementação deste tipo de unidades, apresenta-se como um projecto que coloca em causa a qualidade de vida dos habitantes da freguesia, mas também da qualidade do ar, prestando assim um conjunto de desvantagens ambientais e sociais imprevisíveis para a manutenção e bem-estar de todos. Mais acrescentamos que tal investimento colocaria em causa a fruição turística da freguesia, assim como do concelho, contudo a nossa principal fonte de preocupação são os fumos e cheiros que a potencial exploração provocaria no território da Freguesia e os potenciais efeitos nefastos na nossa população. Carviçais é conhecida pela sua gastronomia, mas também pela sua empatia humana, pelas suas respostas turísticas e vastos recursos naturais e culturais que devem ser preservados e salvaguardados, e que não devem estar à mercê de investimentos prejudiciais para o quotidiano da aldeia e do concelho. -----

Numa altura em que é importante salvaguardar o ecossistema do planeta, devemos pautar por investimentos pró-ambientais, mas também por vias que contribuam para a manutenção do investimento verde e que crie postos de trabalhos regulares (e não sazonais), sobretudo de valor acrescentado. Não aceitamos o referido investimento, pela mera matriz económica, defendemos sim um modelo de governação que pautar pelo equilíbrio ambiental, mas que contribua também para o desenvolvimento económico do Concelho. -----

*O Partido Social Democrata estará sempre ao lado da população, assim como contribuirá para a atração de investimento que se apresente com um plano de sustentabilidade ambiental e contrapartidas específicas para a freguesia, instituições sociais e sobretudo para a população.--
Torre de Moncorvo, 9 de fevereiro de 2022. -----*

Comissão Política do Partido Social Democrata de Torre de Moncorvo". -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. -----

Chamou-me aqui o Sr. Secretário da Mesa à atenção, há pouco fiz referência à correspondência do Sr. Deputado Diogo Oliveira e José Aires, eu falei do Conselho Municipal de Educação. Não é Conselho Municipal de Educação, é Conselho Municipal de Juventude. Aos visados, as minhas sinceras desculpas. -----

Dava a palavra ao Sr. Deputado José Aires. Faça favor. -----

lh

M.
Bdwo

-----**O Deputado José Aires:** Muito obrigado, Sr. Presidente da Assembleia. Aproveitar para cumprimentar, na sua pessoa, os restantes membros da Mesa, as Sras. e os Srs. Deputados, o Sr. Presidente da Câmara, as Sras. e Srs. Presidentes de Junta, e o estimado público.-----
Vou passar a ler, a minha intervenção consiste num voto de protesto, para ficar em ata. -----

-----**Voto de Protesto**-----

“Exmo. Sr. Luís Miranda Rei, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Torre de Moncorvo, -----

Expresso desta forma o meu protesto por o acesso às gravações áudio das reuniões da Assembleia Municipal continuar a estar indisponível para consulta na página da internet do Município de Torre de Moncorvo. É incompreensível que tendo V. Exa. conhecimento desde o passado dia 10 de dezembro da Lei n.º 28/2020, de 28 de julho, que no seu art.º 2.º vem alterar o art.º 3.º da Lei n.º 1-A/2020, nomeadamente o seu Ponto n.º 2, que passo a ler: “As reuniões de realização pública obrigatória devem ser objeto de gravação e colocação no sítio eletrónico da autarquia, podendo ainda ser transmitidas em direto pela internet, ou outro canal de comunicação que assegure a sua publicidade, se a autarquia dispuser de meios para o efeito.”, continue sem assegurar desta forma o cumprimento da legalidade. -----

Reafirmo que, na versão atual, a Lei n.º 1-A/2020 tem plasmado no Ponto n.º 1 do art.º 9.º o seguinte: “Sem prejuízo das competências atribuídas pela Constituição e pela Lei a órgãos de soberania de caráter eletivo, o disposto na presente Lei, bem como no Decreto-lei n.º 10-A/2020, de 13 de março, prevalece sobre normas legais, gerais e especiais, que disponham em sentido contrário, designadamente as constantes da Lei do Orçamento de Estado.” -----

Reforço que no Regimento em vigor, a alínea e) do art.º 7.º diz que é competência do Presidente da Mesa assegurar o cumprimento da Lei e a regularidade das deliberações. É inadmissível a Lei continuar a não ser cumprida.” -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Dou a palavra ao Sr. Deputado Francisco Braz. -----

-----**O Deputado Francisco Braz:** Sr. Presidente da Assembleia, restante Mesa, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Deputados, colegas Presidentes de Junta, funcionários do Município, público: - O que me traz aqui agora, neste momento, é precisamente o assunto da fábrica, da tão falada fábrica em Carviçais. -----

No que reporta a este assunto corrente, respeitante à operação urbanística de construção de unidade industrial transformadora de bagaços em Carviçais, tal como foi já evidenciada, a nossa posição – da Junta de Freguesia, evidentemente – em relação ao mesmo, primeiro em ato anterior de campanha eleitoral, em pré-eleição, e posteriormente logo no primeiro dia após a

tomada de posse da Junta de Freguesia de Carviçais atual, em 12 de outubro de 2021, em comunicado público à população, esclarecendo o mesmo e reforçando de forma bem clara a nossa posição e vontade, bem como acontece no dia a dia, por quem somos interpelados, nomeadamente que, perante a situação, tendo previsto para este programa de mandato como grande linha de ação o bem-estar e melhor qualidade de vida dos Carviçaenses, jamais esta Junta de Freguesia estará em concordância com algum tipo de projeto que seja de índole empresarial, fabril, turística, ou de qualquer outra área que possa vir a colocar em questão e risco a segurança e o bem-estar da população da Freguesia de Carviçais. -----

Neste momento, fizemos já chegar junto da Câmara Municipal o nosso propósito e posição tomada em relação à imaginária – e aqui vou frisar, a imaginária possibilidade, não é a imaginária fábrica, como costumam passar a mensagem – possibilidade de execução desse empreendimento. Acompanharemos de forma ativa todo o possível desenrolar do processo, sempre em representação e dignificação dos melhores interesses e vontades manifestadas pelos habitantes da nossa freguesia. -----

A Freguesia de Carviçais pautar-se-á sempre pelo bem-estar e melhor qualidade de vida dos Carviçaenses. -----

Posteriormente, a 11 de janeiro já deste ano, no dia em que estive a televisão em Carviçais, fui contactado na sede da Junta de Freguesia por uma jornalista da CMTV, no sentido de ser entrevistado para uma reportagem acerca do assunto da fábrica, que viria depois a ser emitida. Aconteceu que lhe transmiti logo que a ela não lhe concederia qualquer entrevista, pois o seu trabalho não me inspirava nenhuma confiança nem credibilidade, uma vez que já anteriormente essa mesma jornalista, há cerca de três anos atrás, tinha ali estado comigo mais de quarenta minutos no meu gabinete, numa outra entrevista sobre os incêndios, que foi depois transmitida e completamente distorcida e arranjada, pois tinha até tido a habilidade de não me conseguir colocar a dizer duas frases seguidas. -----

Lamento desde já este tipo de preparado, em conformidade com a situação encomendada, mas que, na realidade, se vai verificando cada vez mais no dia a dia. -----

Mas, após sugestão dela, em serem enviadas as questões via *e-mail*, por escrito, para resposta, aceitei, então, em representação desta instituição pública, facultar-lhe as respostas pretendidas por escrito, pensando que assim, neste caso, não haveria a possibilidade de qualquer adulteração. Não houve, então, qualquer adulteração, precisamente da questão que foi emitida, questão n.º 3, como se pôde verificar, mas somente esta, uma das sete colocadas, novamente num resumo preparado, pelo que, de futuro, em assuntos destes, com enorme seriedade e a importância que nos têm, só mesmo em direto. -----

Neste contexto, pelos factos apresentados, a seguir à emissão da reportagem, foi publicado, em 27 de janeiro, um novo comunicado à população, na íntegra, para um verdadeiro conhecimento

14.
M.
B. da

geral de todos, com as sete questões recebidas e colocadas, e suas respostas às mesmas. Neste mesmo comunicado ficou uma vez mais bem patente a posição desta Junta de Freguesia acerca deste assunto, concretamente que a instalação desta ou de qualquer outra fábrica não interessa nada à freguesia, no que concerne à população residente, pois a esta nada interessa, e será sempre pelos interesses desta população e do lado deles que esta Junta estará e defenderá. À freguesia em si poderia interessar, na parte económica e de desenvolvimento sustentável, principalmente com a criação de emprego e incremento da economia local, mas à população residente, como já referi, não. E para esta Junta, como sempre foi até aqui, primeiro estarão sempre as pessoas. -----

Como já referi anteriormente em comunicado público, esclarecedor da nossa posição à população, perante esta situação, ou outra qualquer semelhante, de qualquer género, que possa vir a colocar em questão o risco da segurança e do bem-estar da população da Freguesia de Carviçais, não seremos a favor. -----

Neste momento, a nossa posição e ideia vincada acerca deste assunto não depende, nem está condicionada de forma alguma por qualquer outra aposta futura que seja, mas sim, vertida ao presente, ao bem-estar e melhor qualidade de vida dos habitantes de Carviçais. -----

Estou a três minutos de concluir, acho que devo ter essa oportunidade, porque é um assunto que circula nas redes sociais, diariamente, há três meses consecutivos. É muito importante, desculpe lá, com todo o respeito. -----

Conforme é público e sabido, o programa desta Junta de Freguesia tem como uma das suas principais linhas de ação o bem-estar e melhor qualidade de vida dos Carviçaenses, traduzida numa brilhante vitória e confiança por parte da maior parte deles, na transmissão de uma vontade expressa em que, após oito anos, pudéssemos continuar a olhar pela sua representatividade na condução dos destinos da freguesia, e mais quatro, num último mandato, pelo que jamais esta Junta de Freguesia estará em concordância com algum tipo de projeto que seja – e volto a frisar – de índole empresarial, fabril, turística, ou de qualquer área que possa vir a colocar em questão o risco da segurança e do bem-estar da população da Freguesia de Carviçais, pelo que, como já foi referido, a instalação de uma fábrica aqui, ou qualquer outro, como referido, que possa colocar em risco esta premissa do bem-estar e melhor qualidade de vida da nossa população, não irá de encontro aos nossos propósitos, pelo que certamente não serão, de facto, compatíveis com o nosso programa apresentado. -----

Evidentemente que, neste momento, circula muita informação “Facebookiana”, muitas vezes com vários conteúdos menos verdadeiros e distorcidos, inflacionados na sua veracidade. Mas, no que respeita ao nosso conhecimento oficial, e com base nisso mesmo, tivemos a oportunidade de manifestar precisamente junto da Câmara Municipal de Torre de Moncorvo, na pessoa do Exmo. Sr. Presidente, toda a nossa vontade, parecer e posição, e a da maior parte dos habitantes

Lh.
M.
Redes



da freguesia, acerca deste assunto. E digo “habitantes da freguesia” porque, realmente, são precisamente esses que, neste momento, deveras nos preocupam, pois nós, Junta, eu e todos esses habitantes referidos é que todos os dias nos deitamos e acordamos nesta tão bela e amada terrinha, com a verdadeira vontade de preservarmos e olharmos pela nossa melhor saúde e bem-estar, e crescente qualidade de vida. -----

Ao dizer isto, de forma alguma me ocorre menosprezar, desinteressar, ou tentativa de desligar qualquer outra pessoa que seja com ligações, raízes ou interesses que sejam a Carviçais, isto porque o que inclusivamente já aconteceu, numa interpretação social, onde foi apelidado de “adotado da freguesia”, sendo o mais caricato, curiosamente, por alguns descendentes, também eles, de alguns “adotados”. É por isso mesmo que as terras são todas boas. -----

Esperamos que projetos deste cariz não venham, de forma alguma, a se efetivar aqui na nossa terra, nem estamos, de forma alguma, a considerar um cenário desses, pois queremos acreditar nas nossas entidades competentes, que possam realmente vir a manter e a efetivar os seus pareceres desfavoráveis à viabilização deste projeto, sendo que, caso for assim, estaremos sempre – como, aliás, até aqui – do lado da população e dos seus interesses, para o que for necessário, defendendo toda a confiança depositada uma vez mais nesta Junta, eleita novamente. -----

Anexam-se cópias dos referidos comunicados. -----

Portanto, a nossa posição será sempre de que não somos a favor da fábrica, defenderemos sempre os interesses da população, confiamos na inviabilização por parte das entidades competentes e das pessoas, não cederemos à vontade política de que fossemos a favor, por parte de uns quantos utilizadores das redes, para um maior linchamento político, como se tem verificado, diga-se, por alguns, segundo me transmitem, dos mais velhos de Carviçais – pois eu só tenho vinte e sete anos lá – e o que sempre fizeram pela sua terra de Carviçais foi pura e simplesmente zero. -----

Por isso, digo, com todo o respeito por todos, sem qualquer intenção de ofender ninguém, que cada vez gosto mais de mim. -----

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Eu pedia a todos que respeitassem o que está estipulado no Regimento e fizessem uma certa síntese das vossas intervenções, porque se as vamos prolongar, nem à meia noite. -----

Sr. Deputado Luís Dias, faça favor. -----

14
M.
Edna

-----**O Deputado Luís Dias:** Bom dia a todos os presentes. -----

O Grupo Municipal do CDS-PP, pelo art.º 46.º, Ponto n.º 1, vem propor a esta Assembleia a constituição de um grupo de trabalho intitulado “Eixo IP2 – Associação Intermunicipal”. -----

O âmbito deste grupo de trabalho seria o estudo dos problemas dentro deste eixo norte – sul do interior. Se a Nacional 2 é considerada por todos os portugueses como a estrada do interior, o que é que será a Estrada IP2, o que é que será, se ainda é mais interior do que a Nacional 2. -- Os problemas do Município são comuns a todos estes Municípios do interior. O principal problema é a demografia, a falta de acesso a serviços públicos, o baixo investimento público – basta consultar o último Plano Estratégico da República – a diluição da sua unidade interior nas NUTS II, as CCDR’s, divididas entre norte, centro e Alentejo, o que faz com que não tenham representação eficaz estes Municípios do interior. O próprio exemplo da estrada em si, que ainda não está terminada, passados trinta anos do seu projeto, que passa no interior das localidades, deixando de ser um itinerário principal, deixando de poder andar a noventa quilómetros por hora, e passa-se a andar a cinquenta, e a sobreposição com autoestradas em que, neste momento, tem de se pagar para andar nelas. Ou seja, deixou de haver mais uma vez o IP2 nestes troços.- Portanto, a ideia é que tentemos, dentro desta Assembleia, formar um grupo de trabalho que identifique os problemas e que possa comunicá-los aos outros Municípios que se inserem neste eixo do IP2. São os problemas comuns, por isso, eles também os terão, e depois, de uma forma concertada, criar estratégias para mitigar estes problemas. -----

Passo a bola – em “futebolês” – ao Sr. Presidente, porque está no seu âmbito a convocação para a primeira reunião. -----

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Sra. Deputada Altina Pinto. -----

-----**A Deputada Altina Pinto:** Muito bom dia a todos, Sr. Presidente da Câmara, Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, Sr. Vereador da Oposição, Hélder Ferreira, e Exmos. Funcionários. -----

O que me traz aqui hoje, o primeiro assunto diz respeito ao que caracterizou a campanha da coligação PPD-PSD/CDS-PP “*Por Moncorvo continuamos*”, vou acrescentar, continuamos a deixar fechar serviços como o BPI. Era um dos bancos que trazia algumas pessoas a Moncorvo, e a tendência é as pessoas que ainda cá estão irem embora. Em vez de cativar empresas e pessoas, perdemos serviços e as pessoas vão atrás. -----

Segundo ponto, relativamente à exploração na dita Ferrominas, que foi criado um local na zona industrial para carregamento dos camiões, os camiões continuam a passar. Pergunto: agora, onde são carregados, e de onde vem o material extraído, que, sinceramente, ainda não sei o que

11
M.
Bede

é. Será ferro? Sim ou não? Consigo, Sr. Presidente, hoje é "sim", e amanhã já é "não", já estamos habituados. -----

E quanto ao dinheiro que já entrou na Câmara Municipal desde que começou a exploração, também gostaríamos de saber. -----

Entre o cruzamento do Larinho e a zona industrial, tenho verificado sempre alguma água na estrada. Pergunto: haverá ali alguma nascente de água? Se há, tem que ser explorada. Este ano, ao que parece, vai ser um ano de seca, e temos de aproveitar e armazenar a água, e não a desperdiçar. Ou será que é uma fuga? -----

Aproveitando o assunto, gostaria que nos informassem quantos contadores para faturação de água tem a Câmara, incluindo os das regas dos jardins, e quanto paga a Câmara desses contadores à empresa. Ou pagamos todos essa água, sendo considerada como fugas? -----

Muito obrigada. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sra. Deputada. Dou a palavra ao Sr. Deputado João Leonardo. -----

-----**O Deputado João Leonardo:** Ora, bom dia, Sr. Presidente da Mesa, elementos da Mesa, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Deputados, Sr. Vereador da Oposição, estimado público e funcionários. -----

Gostaria de começar a minha intervenção por felicitar e congratular-me, em meu nome pessoal e em nome do Grupo Parlamentar do PSD, com a eleição do nosso Presidente da Assembleia Municipal de Moncorvo, Luís Miranda Rei, como Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal do Douro, um cargo que muito nos prestigia, no conjunto dos dezanove Municípios, e duzentos e cinco mil habitantes. Desejo que desempenhe as funções de Presidente de acordo com os princípios e competências demonstrados, tanto nesta Assembleia, como na sua vida profissional. -----

Felicito também a turma do 8.º A da Escola Dr. Ramiro Salgado pelo prémio conseguido no âmbito do projeto de fotografia de cariz ambiental "Aproveitar +", promovido pela Águas do Norte. -----

Dar a conhecer também a instalação do Conselho Municipal da Juventude, realizada na passada quarta-feira, com a falta dos Srs. Deputados do PS, José Aires e Diogo Oliveira, que tanto defenderam, na última Assembleia, a realização da mesma, e que depois faltaram. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Presidente da Câmara. -----

16
M.
Pedro

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Na sua pessoa, cumprimento a Mesa da Assembleia Municipal, Sras. e Srs. Deputados Municipais, Sras. e Srs. Presidentes de Junta e Sras. e Srs. Funcionários da Câmara Municipal. -----

Bom, neste período, que tem o nome de “assuntos de interesse relevante para o Município”, o assunto de interesse relevante para o Município é isso mesmo, assunto de interesse relevante para o Município, e não para a organização municipal, ou para gravações municipais. Isso tem um ponto próprio, não é aqui que se discute. Eu ainda espero que durante estes quatro anos consigamos saber onde é que se discute cada ponto. O meu antecessor – alguns ainda se recordarão – ficava calado e não dizia nada quanto a isso, porque não era no período onde se devia falar que os deputados falavam. -----

Bom, fábrica do bagaço: a Câmara Municipal, o Executivo Municipal, por unanimidade, e estando a construir um documento comum, quer aos Srs. Vereadores do PSD, CDS e PS, vai emitir um comunicado que seja o reflexo da tomada de posição na Câmara Municipal, onde foi dito que, naquele local, eramos contra a construção da denominada fábrica de bagaço. Portanto, não haverá aqui quaisquer dúvidas. -----

No entanto, não deixamos de fora a possibilidade de se encontrar um local, no nosso concelho ou noutra, para construção de um tipo desta unidade fabril. Por quê? Porque estamos a chegar a um ponto em que os agricultores poderão ter que deixar a sua azeitona nas suas árvores, e este também é um problema que não podemos pôr de lado. -----

Portanto, duas situações aqui a reter: não naquele local; estamos, sim, abertos a discutir outras alternativas, juntamente com outros Municípios. -----

Quanto ao grupo de trabalho do IP2, sou completamente a favor que se crie, acho que se deve dar dinâmica, e acho que deve ser um eixo estruturante que esteja definitivamente construído, para bem de Portugal e para bem dos territórios a que chamam de baixa densidade. Este é um eixo que permitiria fáceis acessos, e rapidez também. Era, como disse o Sr. Deputado, uma forma de retirarmos de dentro das vilas e das aldeias – temos aqui o caso do Pocinho, por exemplo – de retirar definitivamente, e demarcar definitivamente uma política vocacionada para o interior e do interior. -----

Portanto, Sr. Deputado, completamente de acordo. -----

Sra. Deputada, eu aqui, entre a água, a chuva e os serviços, quase que diria, como aquele verso: “Será ferro? Será chuva? Chuva não é certamente, e o ferro não falaria assim”, porque são completamente erradas as premissas que colocou. Mas, eu percebo que esteja, de alguma forma, informada pelo *Facebook*, e não por aquilo que deve estar informado um deputado, que é por documentos. -----

Portanto, respondendo-lhe de forma rápida, há água em alta e há água em baixa. A água em alta, como sabe, é competência da Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, e depois, a água em

M
M.
Radio

baixa, que é da ADIN. Portanto, o que a Sra. Deputada deve fazer, enquanto deputada, é dizer a essas entidades que gerem essa água qual é o problema que ali está. -----

Segundo, a Câmara foi a primeira a colocar contadores em tudo, e mais, Sra. Deputada, identificámos todos os contadores na Junta de Freguesia e obrigámos os Srs. Presidentes a também colocarem, com grandes problemas que havia nas Juntas de Freguesia, alguns dos quais não queriam – ou porque era o gado que ia lá beber, ou porque não podiam pagar, uma série de coisas. Foram todos colocados. A Câmara é a primeira boa pagadora deste problema, que vai ser um problema agravado para todos no futuro. Hoje a água é um bem essencial para todos. -----

Terceiro ponto: o BPI é um setor que é um privado, a Câmara não tem, para além de conversas que pode ter com a administração, qualquer capacidade de dizer se fecha, ou se não, é problema do setor privado. A mim preocupam-me os setores públicos, nomeadamente quando um utente tem que ir a um hospital e o médico não está lá. Isso é que me preocupa, porque é público, do dinheiro de todos os portugueses. Não somos acionistas do BPI, e não estão lá. E estão N pessoas de idade, à chuva e ao frio, porque não os deixam entrar para dentro. Isso é que me preocupa. E a Câmara colocou lá tudo o que foi preciso. Foi preciso umas tendas? Põem-se lá umas tendas. Esse é que é o nosso dinheiro. -----

Agora, a Sra. Deputada acha compreensível que na SUB de Foz Coa entrem mais pessoas de Moncorvo do que de Foz Coa? Acha compreensível? Eu não acho. Como não acho compreensível que os tribunais fechassem. Têm que estar abertos, ao serviço da população. Esses são serviços públicos. E que nós saibamos, desses, ainda não fechou nenhum desde 2013. -----

Agora, o BPI tinha vários problemas: primeiro, funcionários do BPI de Torre de Moncorvo, alguém conhecia algum, nos últimos tempos? Eu não conhecia, não conhecia lá nenhum. É possível que estivesse lá, mas eu não conhecia. Uma agência que dá lucro, como era a agência de Torre de Moncorvo, e onde os clientes são confrontados com uma carta a dizer que se fecha no dia 30. Agora, esse é o lucro e a política de uma empresa privada e dos seus acionistas para determinados concelhos. E aqui, não fomos únicos; onde havia BPI, à exceção de Macedo, todos fecharam. Este é um problema que temos de estar habituados a viver. -----

Mais problemático para mim era, por exemplo, se a Caixa Geral de Depósitos fechasse, porque também tem uma parte pública. Agora, os outros, é como em todas as associações, os acionistas e o capital prevalecem sobre as intenções de determinados territórios. E aqui, nem se tratou de não terem lucro, porque havia lucro. -----

Última pergunta, o dinheiro da Câmara. Sra. Deputada, em todas estas medidas – vou dizer-lhe isto de uma forma muito simples – e concessões mineiras, o dinheiro a receber, não é a Câmara que o faz, num papel, ou o concessionário que faz noutro; é sujeito a uma avaliação da DGEG,

e é a DGEG que, enquanto entidade competente, vai dizer o que é que foi retirado e o que é que não foi retirado, porque eles têm isso tudo monitorizado. Agora, eu espero que funcionando como uma empresa normal, que até ao dia 31 de março sejam prestadas contas, e a DGEG nos possa enviar o relatório. Obviamente, quando for enviado, traremos, quer ao Executivo, quer à Assembleia Municipal, o montante, para também termos uma noção, nós próprios, e todos nós – nos quais me incluo – da quantidade de material que saiu das minas de ferro de Torre de Moncorvo. E esse é um compromisso que trarei cá. -----

Portanto, Sra. Deputada, não é hoje “sim”, e amanhã “não”. Eu gosto muito de andar em autoestradas, ao contrário de alguns, que gostam de andar enviesados, por sítios em que não sabem onde é que se metem. Essa é a nossa grande diferença. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Presidente da Câmara. -----
Passaríamos, então, ao Período da ordem do dia. -----

----- 2 - PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

PONTO 1 — APRECIÇÃO DA ATIVIDADE MUNICIPAL E DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA.

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **Luís Miguel Lopes** (PS), **Fausto Tiago** (PS), **Diogo Oliveira** (PS), **José Aires** (PS), **Luís Dias** (Coligação PSD/CDS), **João Leonardo** (Coligação PSD/CDS), **José Meneses** (Coligação PSD/CDS), **António Júlio Andrade** (PS), **Altina Pinto** (PS) e **Catarina Lopes** (Coligação PSD/CDS). -----

-----**O Presidente de Mesa:** Apreciação da atividade municipal e informação do Sr. Presidente da Câmara, a quem dou novamente a palavra. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Prescindo, Sr. Presidente, dado que está tudo nos documentos. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Então, estão abertas as inscrições relativamente ao Ponto n.º 1 da ordem de trabalhos. Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Lopes. -----

-----**O Deputado Luís Miguel Lopes:** Bom dia, Sr. Presidente, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Deputados, funcionários do Município. -----
Se me permitem, gostaria de referir aqui algumas questões, e se o Sr. Presidente pudesse estar

M.
M.
Edw

com atenção, agradecia. -----

A primeira coisa que eu queria falar era relativamente a umas letras, chamadas letras gigantes, que são vistas como atrativo turístico. Para entender a magia das letras e saber que elas atraem tantos olhares e máquinas fotográficas, temos de ir ao ano de 1923, ano da inauguração do símbolo de Hollywood. O motivo original da construção não foi tornar a cidade famosa; tudo foi motivado por empreendimento imobiliário. A proposta era deixar as letras posicionadas ali durante um ano e meio, para incentivar a compra de terrenos próximos. Por isso, a primeira aparição das letras continha, além do nome da cidade, o complemento “Land”, que significa “terra”, formando a palavra “Hollywoodland”. As letras de “land” foram retiradas em 1949. Este pequeno parágrafo, retirei-o de um documento que está aqui, depois entrego-o para ficar na ata.

Sr. Presidente, quando se fala em lugares de destaque, estamos a falar em locais que sejam “instagramáveis”. Por exemplo, as letras azuis “Porto.” estão em frente à Câmara Municipal, mas já passaram por outros locais da cidade. Se fizermos uma pesquisa sobre este tema, depressa nos apercebemos que estas letras ocupam lugares de destaque em todas as localidades. Bem, em todas, não é o caso; por exemplo, em Torre de Moncorvo, estão onde não deveriam estar.--

Sr. Presidente, a ideia de colocar as letras em Torre de Moncorvo é boa; no entanto, quando foi preciso pensar para escolher o melhor local, mais uma vez esbarramos na inabilidade que tem norteadado este Executivo nos últimos oito anos para promover o concelho turisticamente. Repare, quem entra em Torre de Moncorvo pelo acesso ao IP2, toda a gente sabe que está a chegar a Torre de Moncorvo, e só quando se está na curva é que se tem a perceção correta das letras. Mas, para isso, temos que olhar de lado, o que também está em linha de conta com a visão que este Executivo tem tido da nossa vila. Torre de Moncorvo não deve ser olhada de lado, mas sim de frente, e sempre com um objetivo e uma visão capaz de promover o concelho em todos os aspetos, coisa que há alguns anos não acontece. -----

Sr. Presidente, se precisar de ajuda para a escolha de um novo local para colocar as letras, não se acanhe. Nós, no Partido Socialista, conhecemos bem a vila, o concelho, e temos uma visão alargada e apurada, que permite saber fazer as coisas. -----

Sr. Presidente, as cidades e vilas que optaram por este tipo de letras e que querem ser um atrativo turístico, como fotos de viagens, aqui em Torre de Moncorvo passa a ser um desafio, tipo “tente tirar uma foto sem ser atropelado”. Já reparou que quem quiser tirar uma foto junto às letras, a pessoa que a tirar tem que ir para o meio da estrada? E mais, imagine que temos um dia em Torre de Moncorvo em que somos visitados por duzentos autocarros – segundo o Sr. Presidente, isso já aconteceu – e as pessoas querem tirar todas uma foto. Já viu a confusão que arranjou? Era preciso pedir auxílio à GNR para cortar o trânsito. -----

Sr. Presidente, mais importante naquele local não é a colocação das letras, mas sim fazer a ligação do saneamento da maioria daquelas casas à rede de esgotos. Sr. Presidente, quando

"ofereceu" a água e as barragens do Concelho de Torre de Moncorvo à ADIN, ficou acautelada esta situação? Se sim, para quando? -----

Outro assunto que eu gostaria de referir aqui ao Sr. Presidente tem a ver com a questão da saúde. No passado dia 30 de dezembro, o Sr. Presidente pôs em causa se os Concelhos de Moncorvo, Freixo de Espada à Cinta e Carrazeda de Ansiães devem continuar a pertencer à Unidade Local de Saúde do Nordeste, afirmando, e passo a citar: "*Temos de rumar de uma vez por todas para os poderes da situação territorial de cada Município. Provavelmente, estes três Municípios ficavam melhor integrados em Vila Real.*" A questão que lhe coloco é a seguinte: em que dados técnicos se baseou para fazer tal afirmação? Ou é mais uma birra sua contra a ULS? Relativamente ao balcão de atendimento aos viticultores e empresas, no âmbito de um protocolo assinado entre o Município de Torre de Moncorvo e o Instituto dos Vinhos do Douro e do Porto, aproveito a oportunidade para dar os parabéns ao Executivo, na pessoa do Sr. Presidente, pela instalação do balcão de atendimento no balcão único da Câmara Municipal de Torre de Moncorvo. Mesmo tendo sido uma iniciativa do IVDP em muitos Municípios, a Câmara fez bem em acolhê-la. -----

Aquando da assinatura do protocolo, o Sr. Presidente afirmou: "*Este tipo de serviço passa a estar presente no nosso Município, naquele que é o verdadeiro território produtor em termos de vinho.*" Tem toda a razão, e por isso lhe peço que avise o funcionário ou a funcionária que tiverem a responsabilidade de receber os viticultores ou empresários, que é expressamente proibida a utilização, por exemplo, de uvas de outras regiões, caso contrário poderão estar a adulterar "o verdadeiro território produtor em termos de vinho". -----

Para finalizar, Sr. Presidente, há aqui uma questão que eu acho que é importante, do ponto de vista turístico, que tem a ver com o projeto Raia Norte Bikes, e por consequência deste projeto, vou ter de falar na ecopista. Como disse, para finalizar a minha intervenção, relativamente ao projeto Raia Norte e Raia Norte Bikes, sabendo que o projeto Raia Norte prevê a implantação de onze novas áreas de serviço para autocaravanas e oito plataformas de bicicletas elétricas nos Municípios e freguesias participantes – entre elas, Torre de Moncorvo – no nosso concelho, onde estão ou serão implantadas essas áreas de serviço para autocaravanas? -----

Relativamente ao projeto Raia Norte Bikes, sabemos que já estão umas bicicletas elétricas junto ao quiosque central, mas também sabemos que a *app* que permite ter acesso às mesmas não está a funcionar corretamente. Diga-se em abono da verdade, ainda bem. E digo isto por quê? Sr. Presidente, já não é a primeira vez que eu me dirijo ao Sr. Presidente – e houve uma vez em que me dirigi ao Sr. Vereador, mas hoje não está, dirijo-me só a si – eu falo da ecopista, e falo sempre do estado deplorável em que ela está. Das duas, uma: ou não estão para me aturar, não interessa aquilo que eu digo, ou só estão à espera do fim do mês. Sr. Presidente, quando eu digo que a *app* não está a funcionar corretamente, e ainda bem, é porque o estado de

conservação em que se encontra a ecopista, está boa para sofrer um acidente, com consequências graves, principalmente para quem utiliza bicicletas. Dou-lhe um exemplo, Sr. Presidente: peço-lhe que saia do seu gabinete e veja com os seus olhos o perigo que está junto ao edifício da estação de Torre de Moncorvo; está uma grade de ferro no chão, completamente esfarrapada, que a qualquer momento pode provocar um acidente grave. Numa terra que tem tanto ferro, não existe desculpa para não colocar lá uma nova. -----

Já agora, e depois de ir lá ver com os seus olhos, peço-lhe também que diga à pessoa, ou às pessoas que tiraram os paus estragados que limitam a ecopista, que voltem a colocar lá uns novos. -----

Sr. Presidente, para terminar, o projeto "Discover Duero Douro" tem em andamento a Rota 2, que liga Zamora a Vila Nova de Gaia. No mapa a que tive acesso não aparece o nome de Torre de Moncorvo. Acredito que faça parte da mesma. Pode falar-nos mais sobre esta rota e a importância que ela representa para o nosso concelho? -----

Muito obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Fausto Tiago, faça favor. ---

-----**O Deputado Fausto Tiago:** Ora, muito bom dia, Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Deputados, Srs. Funcionários, não temos público. - Na intervenção do Sr. Presidente, falou na água, que é um bem essencial. Mas, o Sr. Presidente fica-se por aí; reconhece que é um bem essencial, mas não abarca a verdade toda: é que a água é um bem essencial e escasso. Ora, sendo um bem escasso, a autarquia devia preocupar-se em, de facto, armazenar água. E nós já aqui falámos várias vezes na questão do regadio, e na questão das barragens para regadio. E numa dessas vezes, o Sr. Presidente disse que até já tinha um projeto. Bem, desse projeto não soubemos mais nada. Será que esse era o tal projeto antigo, que existia na Câmara, e que, de facto, já não tem viabilidade, porque hoje em dia as circunstâncias se alteraram completamente? Se é assim, Sr. Presidente, já pensou, de facto, em deixar uma marca na sua atividade municipal, pensando a sério numa barragem para regadio? Não falo noutra zona, falo, por exemplo, na zona de Peredo e Urros, poderia até abarcar Maçores, Açoreira, e até ser intermunicipal, estendendo a Ligares. Essa seria uma marca que, de facto, o senhor poderia deixar, mas não vai deixar, porque o senhor está no último mandato, nos outros dois mandatos em que, de facto, ainda havia a ilusão de fazer o terceiro mandato, e teria que mostrar algum trabalho, neste terceiro mandato, estou a ver que isto vai ser, de facto, o não fazer nada. Na atividade municipal que o senhor descreve, o que consta lá são inaugurações de quê? Umhas aberturas de umas inscrições para uns cursos de costura, são umas

comemorações, são umas coisinhas assim desse tipo. De facto, o Sr. Presidente, valia mais dizer que nestes dois meses, a atividade da Câmara Municipal foi zero. -----

Portanto, pergunto concretamente: o Sr. Presidente da Câmara está, de facto, a pensar em mandar fazer o projeto, ou estudos, ou já mandou fazer, ou não vai fazer nada? Sr. Presidente, tem que dizer aqui se vai ou não vai fazer alguma coisa nesse sentido, porque há, no mínimo, entre quinhentos e mil hectares que podiam ser regados, e que podiam, de facto, contribuir para o aumento da nossa riqueza, para ajudar a fixar pessoas, jovens agricultores – que por acaso ainda há alguns – mas, o senhor está a fazer o quê, exatamente? Nada. O senhor, nessa altura, veio vangloriar-se, que já tinha um projeto. Afinal, isso morreu? Em que pé é que está? O Sr. Presidente tem que dizer aqui se vai ou não vai encetar esforços para fazer os estudos, ou para mandar elaborar o projeto, e depois fazer a obra. -----

Outra questão que o senhor anunciou, que vai fazer quase dois anos em outubro, era a tal ponte pedonal, a maior ponte pedonal de Portugal e do mundo, que era Peredo – Foz Côa, ou mais concretamente, o Museu do Coa e o Alto da Barca. Depois, chegou aqui à Assembleia Municipal e disse que, afinal, ainda nem projeto havia. Afinal, em que é que ficamos, Sr. Presidente? Já mandou fazer o projeto? Não vai fazer projeto? Não havendo projeto, não haverá obra. O Sr. Presidente diga assim: de facto, foi um devaneio, foi uma irresponsabilidade aquilo que eu anunciei aos meios de comunicação social – porque não foi aqui na Assembleia Municipal que anunciou, foi aos meios de comunicação social que anunciou que iria construir a maior ponte pedonal do mundo. Afinal, em que é que ficamos? Sr. Presidente, diga-nos assim: de facto, foi um devaneio, foi uma irresponsabilidade, reconheço isso, e está o assunto encerrado, não voltamos a falar nisso. Mas, o Sr. Presidente tem que dizer alguma coisa sobre isso, porque nós continuamos iludidos. Será que vai haver a tal ponte pedonal, ou não? -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Diogo Oliveira, faça favor. -

-----**O Deputado Diogo Oliveira:** Bom dia a todos os presentes. Cumprimento o Sr. Presidente da Mesa e os restantes elementos da mesma, cumprimento todas e todos os Srs. Deputados, o Executivo Municipal, o Vereador da Oposição, os Presidentes e as Presidentes de Junta aqui presentes, e todos os funcionários. -----

No dia 9 de fevereiro de 2022, tomei conhecimento da convocatória para a reunião ordinária do Conselho Municipal da Juventude, a decorrer no dia 16 de fevereiro de 2022. O art.º 2.º da Lei n.º 6/2012, de 10 de fevereiro, que altera e republica a Lei n.º 8/2009, de 18 de fevereiro, dispõe que o Conselho Municipal da Juventude é o órgão consultivo do Município sobre matérias relacionadas com a política de juventude. No preâmbulo do regulamento do Conselho Municipal da Juventude de Torre de Moncorvo refere-se que é inquestionável a transversalidade das

políticas públicas dirigidas à juventude, e que são inegáveis as vantagens para as instituições públicas em estabelecer um diálogo permanente com os cidadãos, de forma a fomentar mecanismos de democracia participativa e aberta a todos. -----

O art.º 2.º deste mesmo regulamento estabelece que o Conselho Municipal da Juventude é o órgão consultivo sobre matérias relacionadas com a política de juventude. -----

Até um passado recente, as convocatórias para o Conselho Municipal da Juventude eram inexistentes, como todos vocês sabem, assim como o cumprimento do n.º 1 do art.º 7.º do regulamento, em que se cita que é competência do Conselho Municipal da Juventude a emissão de um parecer obrigatório relativamente às linhas de orientação geral da política municipal para a juventude, devendo as mesmas constar no plano anual de atividades e no Orçamento Municipal, no que respeita às dotações afetadas às políticas de juventude. -----

Estando o Conselho Municipal da Juventude em pleno funcionamento no mandato passado, volto a questionar o porquê de não ter sido emitido um parecer relativamente às linhas de orientação geral da política municipal para a juventude. Será que as políticas para os jovens podem ser arbitrárias, sem que os mesmos sejam auscultados, como se os jovens fossem um joguete nas vossas mãos? -----

Neste momento, o Conselho Municipal da Juventude é convocado, como referi anteriormente, na presente intervenção. Depois de várias tentativas de recolha de informação por parte da Juventude Socialista e por parte do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, como consta da resposta que vos foi enviada à tal convocatória, a mesma dá-me conhecimento de que a reunião ordinária do Conselho Municipal da Juventude de Torre de Moncorvo estaria agendada para o dia 16 de fevereiro, pelas nove e meia, nos termos do disposto no n.º 1 do art.º 18.º do regulamento do Conselho Municipal da Juventude de Torre de Moncorvo, conjugado com o disposto nos art.º 23.º e 25.º do Código do Procedimento Administrativo. -----

Importa referir que a mesma convocatória não chegou assinada. É caso para perguntar: será que é desconhecido que as convocatórias devem ser devidamente assinadas, ou a falta de zelo agora verificada é idêntica à falta de zelo exibida na última Assembleia Municipal, aquando da aprovação do Orçamento, sem que tenha sido emitido um parecer relativamente às linhas de orientação geral da política municipal para a juventude? -----

De referir que do texto da convocatória resulta que V. Exa. não terá considerado o disposto no citado art.º 18.º, o disposto na Lei n.º 6/2012, Ponto n.º 6, nem o disposto no regulamento do Conselho Municipal da Juventude de Torre de Moncorvo, no seu Ponto n.º 4, que refere que as reuniões dos conselhos municipais de juventude devem ser convocadas tendo em conta um horário compatível com as atividades profissionais dos seus membros. Sr. Presidente, desconhece V. Exa. que a Lei é para cumprir? Como é que o Sr. Presidente se considera democrata, afirma ter vivido o 25 de abril, e pratica uma democracia participativa a todos, quando

lh.
M.
Pedro

não cumpre uma norma escrita, proveniente de uma autoridade soberana, e que a impõe a todos os indivíduos, à qual também podemos chamar de Lei? -----

Sr. Presidente, onde, quando e de que forma todos os membros efetivos do Conselho Municipal da Juventude foram devidamente auscultados, de forma a que fosse encontrado um horário compatível com as atividades profissionais ou letivas de cada um? -----

Sr. Presidente, a Lei e os regulamentos existem por alguma razão, e como tal, devem ser cumpridos. O Sr. Deputado que referiu que eu e o deputado José Aires não tínhamos estado presentes não tinha conhecimento disso também? -----

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado José Aires, faça favor. -----

-----**O Deputado José Aires:** Obrigado, Sr. Presidente da Assembleia. Antes de começar a minha intervenção propriamente dita, cumprimentar também os Srs. Funcionários do Município – peço desculpa, na minha intervenção inicial não o referi, faça-o agora. -----

Relativamente à intervenção, Sr. Presidente da Câmara, como será do conhecimento geral, ficou famoso, no final dos anos oitenta, o filme “Querida, encolhi os miúdos”. Será que passados mais de vinte anos, será lançado o remake “Sras. e Srs. Deputados, encolhi o relatório”? -----

O Sr. Presidente tem vindo a aumentar todos os anos o Orçamento em centenas de milhares de euros, e proporcionalmente vem reduzindo o relatório escrito que aqui nos apresenta. Com um Orçamento no montante global de 22.600.000€, e cerca de cento e oitenta funcionários, como justifica V. Exa. tão pouca atividade? As obras pararam? É que no quadro da situação financeira que nos remete, podemos verificar que está inscrita uma rubrica no valor de 4.150.000€, em participações QREN e de outras entidades. Sr. Presidente, esclareça-nos o motivo pelo qual retirou as obras promovidas pelo Município do relatório que envia a esta Assembleia. -----

Não posso deixar de reparar que V. Exa. só entregou o relatório da atividade municipal faltando três dias para a realização desta reunião. Para quem deu uma lição sobre a contagem dos prazos, tanto o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, como V. Exa., como é possível que o prazo de cinco dias estipulado no art.º 25.º, n.º 2, alínea c), da Lei referida por V. Exa. na introdução do seu relatório, não tenha sido cumprido? -----

Ainda pensei que nos queria dar nota da viagem à Expo 2020, no Dubai, onde foi, penso eu, em representação do Município. Espera-se que os contactos tenham sido profícuos e que, a curto prazo, possamos visualizar as mais valias na economia local. Espera-se que, no mínimo, tenha corrido tão bem como a viagem de dez dias que efetuou à China em 2016. -----

Na Assembleia Municipal de 27 de junho do mesmo ano, afirmou que só para provas, lhe pediram um milhão de litros de azeite. Quais as cooperativas que aderiram a este negócio promovido por

V. Exa.? Esclareça-nos também quantos milhões de litros de azeite exportam anualmente para a China. Ou será que não gostaram da prova? -----

E no Dubai, aproveitou para visitar alguma obra portuária feita com a cascalheira da Mua? Talvez esteja a fazer confusão, mas nas notícias sobre a reativação das minas de Moncorvo, fiquei com a ideia de que aquela zona do globo era um mercado preferencial. Como só tiveram dez minutos para promover o concelho, o enfoque principal terá elencado o património turístico, ambiental e agroambiental do concelho. -----

Mas, enquanto lá fora promovia as potencialidades do património natural e paisagístico, por cá existe um problema que urge clarificar, e que pode pôr em causa as mais valias naturais e ambientais do concelho. Estou a referir-me à propalada construção de uma unidade de transformação de bagaço de azeitona em Carviçais. Até agora, certamente por lapso, V. Exa. nunca deu conhecimento a esta Assembleia Municipal deste processo. A que se deve esta omissão? Tendo em conta as consequências nefastas que a implantação de uma unidade fabril desta envergadura terá na qualidade de vida da população, aguarda-se que V. Exa. esclareça esta Assembleia Municipal e nos faça o ponto de situação. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Dava a palavra ao Sr. Deputado Luís Dias.-

-----**O Deputado Luís Dias:** Ora bem, no relatório que o Sr. Presidente enviou, não está lá a abertura das piscinas. As piscinas também abriram durante este período, e não está lá referenciado. Relembro que as piscinas são um dos melhores serviços que este Município tem para se diferenciar dos vizinhos na hora de atrair novos moradores – porque quando se pondera ir morar para um Município, o que é que o Município tem para oferecer, para eu ir morar para lá? As piscinas são das melhores coisas que Moncorvo tem para atrair pessoas. -----

Ainda sobre isso, comemorou-se os vinte e cinco anos da abertura da biblioteca. Eu já era estudante, e logo no primeiro ano visitei várias vezes a biblioteca, fiquei maravilhado com uma sala exclusiva de multimédia que havia – estou a falar nos anos noventa, isto para nós era tudo novo, especialmente quando estamos aqui mais uma vez no interior, e não presenciamos as novidades tecnológicas no momento. A minha questão ao Sr. Presidente sobre esta biblioteca é se vai haver, na comemoração destes vinte e cinco anos, alguma melhoria. Eu sei que a biblioteca sofreu melhorias nos diversos Executivos, mas acho que agora, com os vinte e cinco anos, poderia haver uma melhoria marcante, na parte da digitalização, na biblioteca, e não só, nas partes adjacentes à biblioteca, do património, têm documentos únicos. Será que é possível digitalizar isso tudo? Será que é possível divulgar a toda a população mundial, via internet, já que estamos a falar de documentos únicos que essa biblioteca tem? -----

Em relação à saúde, falou-se aqui que este Executivo se queria virar, ou preferia pertencer a Vila

lh.
M.
Cda

Real do que pertencer a Bragança. Na campanha legislativa, o meu Partido, o CDS-PP, visitou a comissão da gestão da ULS e, por exemplo, foi-nos respondido que de Moncorvo ninguém vai para Foz Côa, senão a ULS não paga. Todos nós sabemos que a maior parte das pessoas vai para Moncorvo, de Moncorvo vão para Foz Côa. -----

Agora, eu tenho de me congratular com esta ideia do Sr. Presidente, porque é mesmo um salto para a frente, isto é que é saltar para a frente, Bragança está para trás. Ou seja, passo a explicar melhor: se se sai de Moncorvo para uma atividade médica, dirige-se, por exemplo, à urgência mais perto, que será Foz Côa, ou dirige-se a Mirandela, depois a um hospital central, distrital, que será em Mirandela ou Bragança, mas depois, se o caso for grave, terá de ir para o Porto, e perdeu aqui duas horas em trânsito, porque Vila Real, geograficamente, tem mais sentido. Acho que é a lógica da batata – desculpem o termo. -----

Em relação à água, eu gostava de saber se o Sr. Presidente tem alguma comparação das perdas antes da ADIN, e com este pouco tempo da ADIN, se há algum estudo de qual foi a melhoria nas perdas, porque era um dos grandes argumentos para entrarmos na ADIN, era termos essa capacidade de melhorarmos a nossa rede. Na altura, quando este Executivo, há três mandatos, tomou posse, lembro-me que era na ordem dos sessenta e tal por cento, nem se sabia bem. E essa água também se pagava, na altura. Sei que há melhorias nesse sentido, gostava de saber se o Sr. Presidente poderia quantificar essa melhoria – não sei se sabe. -----

E só uma nota em relação a negócios, quando se fazem negócios de um milhão, normalmente é normal pedirem-se amostras antes, para ver se o negócio se pode fazer, ou não. Ninguém vai comprar um milhão de litros sem saber primeiro como é que é o produto, normalmente é nestes objetos, a que se chama de amostras. -----

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado João Leonardo. -----

-----**O Deputado João Leonardo:** Ora, relativamente à informação escrita do Sr. Presidente, destacamos o equilíbrio orçamental que mantém desde o início deste governo, e a realização da Festa da Boa Nova, em dezembro. -----

Gostaria ainda de lembrar que de 8 a 10 de abril irá realizar-se a Feira Medieval, enquadrada nas Amendoeiras em Flor. -----

Relativamente ao solicitado pelo Sr. Deputado Diogo Oliveira, relativamente ao Conselho Municipal da Juventude, no anterior mandato não fiz parte, fiz parte da instalação do primeiro Conselho, no anterior não sei o que se passou, mas tenho informação – que penso que seja correta, mas o Sr. Presidente depois pode confirmar – que penso que as reuniões não teriam

quórum. Ou seja, os elementos que estariam destacados para as reuniões não apareciam, e seriam dois ou três, não teria quórum, e por isso as assembleias não se realizavam. -----
Relativamente à indisponibilidade do Sr. Deputado, eu não consigo compreender, porque como Presidente da JS, pode delegar a sua função noutro elemento. Já o Sr. Deputado José Aires, por exemplo, é delegado pela Assembleia Municipal, não pode delegar essa função noutro – como acontecia no meu caso, quando fazia parte, era destacado pela Assembleia. Eu percebo que toda a gente tem trabalho, e que seja difícil estar representado nestas assembleias, mas penso que a única pessoa que pode ter alguma propriedade será o representante da escola, que penso que as assembleias do Conselho Municipal da Juventude passarão para quarta-feira à tarde, que é quando um aluno não terá aulas. Os restantes elementos têm que se cingir, penso eu, mediante a disponibilidade desse elemento, que será principalmente o futuro das nossas gerações.-----
Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado João Leonardo. Para terminar esta primeira ronda, o Sr. Deputado José Meneses. -----

-----**O Deputado José Meneses:** Sr. Deputado José Aires, a mim não me preocupa ter um Orçamento de 22.000.000€, com uma dívida de 7.000.000€; preocupa-me é o inverso, é ter um Orçamento de 10.000.000€, e uma dívida de 22.000.000€. Isso sim, preocupa-me. -----
As cooperativas que transportaram, ou que levaram o azeite para a China, foram as cooperativas de Moncorvo e de Tabuaço, num programa de promoção dos azeites do Douro. -----
E relativamente à representação no Dubai por parte do Executivo, e logo que seja para promover o território, e para promover os produtores locais, eu concordo. Agora, utilizar meios municipais para lazer, isso é que é mais complicado, com isso é que eu deixo de concordar. -----
Já foi falado também em relação à intervenção do deputado Diogo Oliveira. Para todos os efeitos, ao primeiro Conselho Municipal, vocês faltaram, e o argumento que utilizam não é plausível, até porque a explicação do deputado João Leonardo faz todo o sentido, ou seja, é mais importante fazer-se um horário para o aluno da Escola Secundária do que propriamente para vocês, que têm a vossa atividade profissional. E eu quero acreditar até mesmo que as faltas são justificadas, pela presença no Conselho Municipal da Juventude. -----
Sra. Deputada Altina, eu gosto muito do seu discurso angelical, fica-lhe bem, e acho que sim, que é a sua maneira de ser. O que caracterizou a campanha do PSD e do CDS-PP – ou seja, da coligação – foi transparência e compromissos, porque, de facto, o BPI a mim diz-me bastante, fiquei muito triste, claro que sim, porque sou quadro do BPI, e quando regressar, terei que ir para Macedo, Mirandela ou Bragança, que é a minha zona de área. -----
De facto, o Sr. Presidente falou, são três funcionários que eram de Vila Real, a carteira do BPI

16.
M.
Pedro

era de 60.000.000€ - era o segundo banco com uma carteira maior - só que 55.000.000€ são recursos, e recursos não dão dinheiro, infelizmente, porque o estado atual do país e da União Europeia assim o fomenta. Mas, você tem que ir uns anos para trás e verificar que a Portugal Telecom fechou, com seis ou sete funcionários, a PSP, com quinze agentes, fechou, o Centro de Saúde - e isso, você, melhor do que ninguém, saberá o que se passou. E isto é que você também deveria ter lembrado aqui a esta Assembleia, isso é que era importante também. -----
Sr. Deputado Luís Lopes, de facto, as letras são uma questão de gosto. Agora, para mim, é mais importante dar vida àquele local. Se as letras são bonitas, se não são, se tiram boas fotografias, isso é uma questão em que o Executivo assim achou, e para mim, não estorvam nada, muito pelo contrário, é a entrada da vila, tem as letras, as pessoas que não conhecem ficam a conhecer Torre de Moncorvo. -----

Promover o turismo no concelho, acho que nestes oito anos este Executivo se pautou exemplarmente por isso. Por isso, a parte do turismo, também não consegui perceber muito bem. Tem toda a razão, na rede dos esgotos das casas habitacionais por cima das letras, a Junta de Freguesia de Torre de Moncorvo também foi a primeira, na altura da campanha, a avisar o Município sobre essa situação. -----

As uvas de outras regiões - e essa, com certeza que seria para o deputado José Meneses - eu sou completamente a favor de uvas de outras regiões, de Felgueiras, do Felgar, do Souto, do Larinho, de Carviçais, até de Sendim, mas têm que ser utilizadas para vinho de consumo, vinho de mesa, e não para vinho do Porto. Não sei qual é que é a razão de ter falado aqui das uvas de outra região. -----

Mais complicado é deixar-se uma Junta de Freguesia com 42.000€ de dívida, e 750€ na conta bancária, que não dá para pagar os vencimentos. Isso é que é um pouco grave. -----

Sr. Deputado Fausto, o projeto do regadio - e acredite que eu terei todo o gosto em levá-lo, na próxima reunião, com a Diretora Regional, Carla Alves, para ela lhe poder elucidar sobre todos os pormenores do regadio de Moncorvo. E terei todo o gosto em convidá-lo e em levá-lo comigo. - Tenho dito. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Terminada a primeira ronda, Sr. Presidente da Câmara. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado aos Srs. Deputados pelas questões levantadas. -----

Primeira questão, um agradecimento ao Sr. Deputado Luís Lopes pela magnífica intervenção quanto à forma como Hollywood colocou as suas letras. Eu não sabia, e fico-lhe agradecido por

isso. E respondo-lhe já desta forma: a Sra. Arquiteta responsável por aquele projeto também não sabia. Já não está a trabalhar na Câmara, já saiu. Portanto, foi esse o projeto. -----

A entrevista que fala sobre a ULS, nós temos que resolver a questão definitivamente. O senhor acha que é normal, que é aceitável que os três Municípios do sul do distrito, por pertencerem à CIMDouro, estejam excluídos da votação do Conselho de Administração e da nomeação da vogal da ULS? Então, para isto, prefiro estar em Vila Real. Repare que o IEFP, onde trabalha o vosso candidato à Câmara, também já pertence a Vila Real, deixou de estar em Bragança. A Proteção Civil deixou de estar em Bragança, o CODIS é o de Vila Real, a partir de agora. -----

Portanto, estamos a fazer uma uniformização do território. Se o Conselho de Administração e as normas previstas pela Lei põem de lado três Municípios – e eu acredito que não seja por motivos políticos, porque agora Freixo de Espada à Cinta até é do PS – nós devemos estar onde nos querem, e onde nos dão melhores garantias. E digo-lhe “melhores garantias” por isto, basta ler nos jornais regionais a entrevista do Dr. Carlos Vaz sobre o problema que tem, de conseguir fixar no território especialidades. E nesta última campanha, foi o problema da obstetria. -----

Portanto, esta é uma situação que nós temos de acautelar, e se administrativamente os distritos foram extintos, e passámos às NUTS, temos de estar na nossa NUT. E só por isso eu disse isso, e volto a dizer. O Município de Torre de Moncorvo não é menos do que o Município de Mirandela, de Macedo ou de Bragança. Portanto, ou está por completo no Conselho de Administração, ou se não está, tem que ir para onde querem que esteja. -----

Quanto ao IVDP, a questão é mais um serviço para Torre de Moncorvo, que aqui podemos prestar aos nossos viticultores. -----

Mas, perguntas que me fez sobre a situação das bicicletas: o projeto é o mesmo, as bicicletas são para apoiar o caravanismo. Enviaram-me a *app*, dá sete disponíveis e uma que está ocupada. -----

Quanto aos parques de caravanismo que estão aprovados pelo Turismo de Portugal, no âmbito da AECT Duero-Douro, está previsto um em Carviçais e outro na Cardanha. São os parques que estão, e de que deveria ter conhecimento, porque também está, presumo eu, em algumas das reuniões. -----

Quanto aos serviços que pretendemos corrigir – disse-me esse, do perigo junto à estação de Torre de Moncorvo, mandei verificar o que é que se passa, não tinha conhecimento, e agradeço. Sr. Deputado Diogo Oliveira, não há como escamotear uma coisa: quando não estamos presentes, não estamos. Agora, quando se assume em requerimento enviado que deve ser sexta-feira, não por causa dos estudantes, que à quarta é quando não têm, e quando, por unanimidade, no Conselho da Educação foi votada a quarta-feira por causa dos estudantes, é inadmissível que alguém, que até tem humor, que vem aqui dizer umas piadas, mas que já ninguém o leva a sério, que diga que deve ser na sexta-feira, porque vêm visitar os familiares, e

aí junta-se o útil ao agradável. Isto é que é muito mau, escrever uma coisa destas, Srs. Deputados. Só faltou dizer uma coisa, marquem só para as Assembleias Municipais, que nós ganhamos. E como o Conselho da Juventude não se ganha, marquem lá para isto. Só vos faltou dizer isto. -----

Portanto, Srs. Deputados, eu até proponho uma coisa: para a salvaguarda do aluno que faz parte, enquanto Presidente da Associação de Estudantes, que possa estar na reunião sem faltas às aulas, na quarta à tarde, que estas assembleias passem para quarta-feira, dos meses que são respetivos, e que se faça assim, e aí os Srs. Deputados já podem juntar o útil ao agradável, que não é estar com a família, é receberem a senha. Ponham isso assim. Eu convidava a Assembleia a fazer isso, coloquem-nas na quarta, é um dois em um, o estudante é salvaguardado e os Srs. Deputados reúnem-se aqui, e o Executivo terá que estar cá também. Agora, vir com Decretos-lei, e remissões para as leis que estão aprovadas, e não falar no estudante, que é o único que está lá, e que nem foi o Executivo que votou, foram os conselheiros que votaram por unanimidade que fosse na quarta-feira, para salvaguardar a tarde livre do estudante, isso denota bem o interesse que vocês têm pelo Conselho Municipal da Juventude. E isto, quero dizer-lhe que não são políticas arbitrárias; são as políticas certas e consentâneas para aqueles que verdadeiramente não andam a fazer percursos políticos pelas "Jotinhas", mas que estão nos liceus, e que são eles que vivem o dia a dia da juventude do concelho. -----

Sr. Deputado José Aires, quanto à digitalização, está a decorrer a digitalização de todos os documentos – de todos os documentos – não só da biblioteca, mas de todos os documentos paroquiais, mas temos os assentos paroquiais todos no nosso espólio, bem como todas as fotografias pertencentes ao Museu do Douro Superior, para não serem manipuladas, estão a ser todas digitalizadas, e todos os documentos já estão. Se for à biblioteca, nestes vinte e cinco anos, em que estamos a fazer a promoção dos vinte e cinco livros para vinte e cinco entidades, será também uma forma de verificar que tem lá uma mesa interativa, onde hoje já é possível as crianças, os adultos, os historiadores terem acesso à documentação, sem terem que manipular fisicamente, porque a maior parte deles já são preciosidades que têm que ser mesmo de alguma forma reservadas ao manuseio de técnicos especializados. Mas, está a decorrer. -----

Quanto à saúde, eu já lhe tinha dito. -----

E também para termos uma ideia de quanto foi a redução em termos de perdas no Concelho de Torre de Moncorvo, no total, é de 41,8%, neste momento. Mesmo assim, temos obrigatoriamente de baixar o que ainda temos. Mas, volto a dizer, isto só vai ser possível com a implementação do cadastro, que decorreu um concurso público para os dezanove Municípios da CIMDouro, e que, portanto, esteve três ou quatro anos impugnado no TAF, entre as empresas. Foi decidido agora, vai ser implementado este cadastro, que nos vai permitir, ao segundo e ao minuto, saber onde é que estão as perdas de cada uma das águas. -----

Penso que respondi a tudo, à exceção do Sr. Fausto Tiago, porque eu acho que este órgão é demasiado importante para sermos papagaios a repetir em todas as sessões aquilo a que já respondemos. -----

E, portanto, Sr. Deputado, pode vir inscrever-se outra vez; se forem as mesmas perguntas, terei todo o gosto em lhe dar a mesma resposta. -----

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

Relativamente ao Ponto n.º 1, está aberta a segunda ronda de inscrições. Nesta segunda ronda, dispõem de cinco minutos. -----

E eu dava a palavra ao Sr. Deputado Fausto Tiago. -----

-----**O Deputado Fausto Tiago:** Sabe, Sr. Presidente, eu nunca o insultei, nunca lhe chamei "papagaio". O senhor acabou de me chamar "papagaio". E registo, eu fiz-lhe duas perguntas sobre o regadio, zero; fiz-lhe outra pergunta sobre a tal ponte pedonal, a maior do mundo, zero.- O senhor não responde, e o senhor é obrigado a responder, e é obrigado a respeitar as posições de cada um dos deputados. Eu não sou papagaio, o senhor deve retratar-se e pedir-me desculpa.-----

Essa é a primeira, porque o senhor, de facto, não tem resposta para dar, e recusa-se a dar.-----

Chegou aqui, anunciou nos meios de comunicação, tanto no *Facebook*, como no *Youtube*, que ia fazer a maior ponte pedonal do mundo. Não tem uma resposta para dar, diga, foi um devaneio.- E sobre o regadio, igual. -----

Sr. José Meneses, ainda não é Presidente da Câmara, para responder. Quem tem que responder é o Sr. Presidente da Câmara, foi ao Sr. Presidente da Câmara que eu perguntei, não foi a si. --

E quanto à Diretora Regional de Agricultura, ela fará o seu trabalho, e acho que o deve fazer.---

O Sr. Deputado Luís João baralhou-se aqui um bocado, porque parece que já passou para o lado da Oposição. Sabe que as piscinas, a biblioteca, todos esses equipamentos, de facto, hoje funcionam em Moncorvo porque alguém os fez, e não tinha dinheiro para os fazer, teve que se endividar, Sr. José Meneses. Mas, é melhor apresentar dívida do que não apresentar obra nenhuma. Essa é que é a verdadeira questão, porque quem se endividou teve obra para apresentar, desde piscinas cobertas, piscinas ao ar livre, vias de comunicação, bibliotecas, esta casa onde nós estamos hoje, que estava completamente degradada, poucos Municípios no território do interior terão uma casa como esta, poucos Municípios do interior se podem gabar de ter equipamentos deste tipo. Mas, para isso, era preciso pagá-los, e não havia dinheiro. Mas, havia algum dinheiro para participar essas obras, e quem estava na Câmara teve engenho e arte para ir buscar o dinheiro onde o havia, que era aos bancos. Hoje estamos a pagar, e ainda

bem. Por quê? Porque hoje estamos a pagar taxas de juro muito mais baixas, porque hoje os juros são negativos. -----

Agora, é preciso haver gente que pense – que pense a obra e que pense o concelho, e que não está preocupada só com as dívidas, porque as dívidas pagam-se. Isso não dá bem-estar a ninguém, o que dá bem-estar são os equipamentos que alguém deixou. -----

E já agora, Sr. Presidente, o senhor, relativamente ao deputado José Aires, está sempre com reservas mentais, e vem sempre atacar, que alguém foi a Macau passear, em nome da Câmara.- Foi o deputado José Aires que foi a Macau? O senhor só tem que invocar a atividade relativamente ao deputado José Aires, daquilo que ele fez, não daquilo que outros fizeram, porque ele não teve culpa, nem tem culpa daquilo que outros fizeram, se fizeram bem ou se fizeram mal. O senhor, já não é a primeira vez que invoca atitudes de outras pessoas para acusar o deputado José Aires, está sempre com a pedra no sapato relativamente a isso. Não tem argumentos, e quando não tem argumentos, refugia-se nessas posições, e então vem dizer que alguém foi à China passear. “Não fui eu, eu não fui lá passear, eu fui lá trabalhar, mas alguém foi lá passear.” Tem alguma coisa a ver com o deputado José Aires, com a atividade que ele desenvolve, ou que ele desenvolveu, tanto para a Câmara, como deputado, que já o foi no mandato anterior, e neste? Não tem. O senhor está a tentar acusar quem não está aqui para se defender, e quem já foi julgado por esses atos. E já não é a primeira vez que faz isso, Sr. Presidente, não é a primeira vez. -----

E o senhor deve vir aqui e responder sobre a ponte pedonal e sobre o regadio, que o senhor anunciou aqui, na Assembleia Municipal, que tinha um projeto. Nós queremos saber onde é que está esse projeto, que nos diga alguma coisa sobre esse projeto. O senhor é obrigado a responder às perguntas que os deputados fazem, e não venha aqui dizer que sou um papagaio.-

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Luís Lopes, faça favor.-

-----**O Deputado Luís Miguel Lopes:** Ora bem, enquanto o Sr. Presidente respondeu aqui a algumas questões que lhe coloquei, e outros responderam por si, antes disso, quero pedir-lhe, Sr. Presidente, que reconheça que foi um erro seu, que foi uma atitude impensada chamar “papagaio” ao Prof. Fausto. Peço-lhe que lhe peça desculpa. -----

Em relação a alguns pontos que foram aqui falados, Sr. Deputado Luís João, nas legislativas foram ao Centro de Saúde daqui e dali o que eu lhe pergunto é o que é que o seu Partido, agora na Assembleia da República, vai fazer pela saúde no distrito. -----

Em relação ao salto, salto para Vila Real, o salto foi feito – o salto, em Torre de Moncorvo, já há muito tempo que o demos. Agora, o que estamos a fazer é a dar saltos para trás. O que estamos

a fazer agora em Torre de Moncorvo é a saltar para trás, e os dados e os valores que temos assim o dizem. -----

Uma pessoa, quando está aqui a falar, pode estar um bocadinho mais nervosa ou menos nervosa, eu sinto-me um bocadinho nervoso, há outras pessoas que têm outro tipo de discurso diferente. Agora, dizer “o seu discurso angelical”, eu prefiro um discurso angelical do que um discurso com falsidades, disse que ninguém tenha dúvidas. -----

Sr. Presidente, não me respondeu à questão do saneamento das casas. -----

Sr. Presidente, seja lá quem for o arquiteto que fez o projeto para pôr ali as letras, acha que estão bem? Tire dali as letras, Sr. Presidente, meta-as num sítio onde se veja Torre de Moncorvo. Aquelas letras são para promover o concelho, são para promover a vila, e fez muito bem em colocar letras, mas não é ali, reconheça. Reconhecer um erro é uma virtude. Não é ali. Por exemplo, o Castedo colocou, e bem, as letras. Reconheça que não é ali. -----

Eu, quando falo do IVDP, eu não tenho amigos na agricultura; tenho alguns amigos agricultores, isso é que é importante. Quando eu falo de uvas de outras regiões, são uvas de outras regiões.- Nós não vamos adulterar as uvas do nosso território com uvas de outra região. É verdade, é a mesma coisa que o Sr. Presidente querer misturar água com azeite, aquilo não vai dar certo. Agora, se meter lá uns pozinhos, é capaz de dar, que é assim que se faz o vinho – digo eu. Se metermos determinados produtos químicos, conseguimos apurar melhor o vinho. Depois, juntamente com toneladas de outras uvas, do mesmo território, isso passa despercebido, é evidente. -----

Para finalizar, também não falou em relação aos paus na ecopista, o gradeamento que limita a ecopista – aqueles paus que estavam velhos, que estavam podres, retiraram-se, e agora não estão lá, mas estão lá os buracos na mesma, mande lá pôr isso, ao menos. Eu acho que é o mínimo. -----

Volta e meia falam-se em contas para aqui, contas para ali, contas de Juntas para aqui, Juntas para ali, é sempre o mesmo discurso, não acrescenta nada. A única coisa que eu sei é que quando se apresentam umas contas, tem que se apresentar a receita e a despesa, e há algumas Juntas que não apresentam receitas, e deviam apresentar – na prestação de contas, principalmente. -----

É só isso, Sr. Presidente. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Chamava, então, o Sr. Deputado António Júlio Andrade, para se pronunciar. -----

-----**O Deputado António Júlio Andrade:** Ora, bons dias, Sr. Presidente da Assembleia, Mesa, Sr. Presidente da Câmara, meus amigos, Srs. Deputados. -----

16.
M
Redes

Sr. Presidente da Câmara, estou de acordo consigo, em que não se pode andar de Herodes para Pilatos, daqui para Foz Coa, para Mirandela, para Bragança. Disse que tentam uniformizar tudo para Vila Real, porque Bragança é andar para trás. Eu gostaria de recordar que todos estes problemas, no fundo, nasceram da "Lei Relvas". E se bem se recorda, no seu primeiro mandato, eu apresentei uma moção, que foi votada por unanimidade, solicitando o debate da regionalização, porque só com a regionalização é que se resolvem esses problemas. -----

Também se deve recordar que, no seu segundo mandato, voltei a apresentar uma moção dessa natureza, que foi combinada até entre mim e o Presidente da Assembleia Municipal, na altura, e que, depois, a sua Bancada, naquela noite, resolveu mudar por completo de voto. Portanto, nós não temos nada a prender-nos nesse aspeto. -----

Também se recorda, no seu primeiro mandato, de uma moção aprovada por unanimidade na Assembleia, sobre o IP2, que é o único troço de doze quilómetros neste país que falta construir do IP2. No segundo mandato, apresentei igual moção, aprovada também por unanimidade. Até hoje, nunca nos deram explicação nenhuma. Eu acho que deveria ser o Sr. Presidente a tratar desses assuntos e informar a Assembleia. -----

O descaramento total, repare-se, no Ministério do Trabalho e Segurança Social, nós temos aqui a funcionar no mesmo edifício as duas coisas, o emprego e a Segurança Social. No que respeita à Segurança Social, dependemos de Bragança; no que diz respeito ao emprego, dependemos de Vila Real. Nós votamos nos deputados de Bragança, não nos de Vila Real; nós temos no arquivo os livros findos aqui, têm de transitar para o arquivo de Bragança, o próprio arquivo de Bragança é que manda no arquivo de Moncorvo, estão ali depositados os documentos antigos.- De maneira que isto é incongruente, tudo, absolutamente. Eu acho que nós devemos promover um debate verdadeiro e autêntico sobre os assuntos todos. -----

José Meneses, às vezes atirar suspeitas para o ar fica muito mal. Eu não sei a quem se referia, no caso dos 42.000€, mas fica muito mal. Então, deve explicar quem era. -----

Tenho dito. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Luís Dias. -----

-----**O Deputado Luís Dias:** Ora bem, voltando à questão de Vila Real e Bragança, duas horas de caminho, acho que é muito tempo para quem está com uma urgência. Por isso, acho que é a lógica da batata, entre Vila Real e Bragança, quando se deve à saúde. Se os hospitais estão no Porto, o meio do caminho é Vila Real. -----

Só para dizer, todos nós, mesmo os Partidos sem assento parlamentar, podemos fazer muita coisa pela saúde. Uma delas é não usar os Centros de Saúde como batalhas políticas, ou ofertas de quaisquer coisas. -----

Este Executivo, na saúde, comparticipa a 100% o transporte dos doentes oncológicos para o Porto, que é onde há o IPO – nem Bragança tem, nem Vila Real, é no Porto. E este Município, antes não pagava, e de há dois mandatos para cá, paga a todos os doentes que tenham problemas oncológicos a sua deslocação ao Porto. -----

Agora, falando dos grandes investimentos que o anterior Executivo fez, já lá vão vinte anos: são os anos noventa, das vacas gordas, todos nós nos lembramos. O expoente máximo disso foi a finalização, com a grande Expo 98. E o que é que veio a seguir a isso? -----

Só para dizer, a perda da população no Concelho de Moncorvo não foi da década de noventa para a frente; vem desde trás, não é de agora. Por isso, se perdemos população agora, sim, perdemos; já a perdíamos no passado, e vamos continuar a perder, provavelmente. Não é uma questão do Partido A ou do Partido B, que está no Executivo; é uma questão de política nacional que não há, para o interior. E nos últimos vinte e cinco anos, dezoito foram do PS. -----

Agora, voltando à Expo 98, como o expoente máximo do investimento público no país, temos, a seguir à Expo 98, o Euro 2004. Lembram-se onde é que eram os estádios? Todos na costa, do eixo Porto – Lisboa, fora um, que é o do Algarve. De resto, no interior, zero obras. Vejam as vias de caminhos de ferro que querem melhorar, quantas estão no interior, zero. -----

Continuando, então, a década de noventa, quando foram feitas as piscinas e a Biblioteca Municipal, e este cineteatro, o Sr. Ministro Carrilho, da altura do Guterres, fez cineteatros em todos os Municípios do país, foi uma obra que endividou não só a nação, mas também os Municípios. Ainda bem, é verdade, há obras em que é preciso dívida para fazer estas obras. ----

A seguir ao Guterres, o Guterres saiu porque não conseguia fazer as contas direitas. Lembra-se? Veio mais uma vez o PSD limpar a casa, porque o Sr. Guterres não conseguiu, e foi embora. A seguir ao Sr. Guterres, ainda tivemos Sócrates, que chamou a troika cá, e esteve cá enfiada durante três anos à conta dele, que também não conseguiu pagar as contas. -----

Ou seja, o pagamento de contas é essencial, tem de se ter sempre saúde financeira. E essa saúde financeira mudou, os paradigmas financeiros mudaram, e neste momento, os Municípios precisam de ter capacidade de endividamento, que antes não precisavam, porque se na altura houvesse esta Lei, da capacidade de endividamento de um Município, de certeza que não havia estas obras. E essas obras agrilhoaram-nos de tal forma que este Executivo, durante os primeiros dois mandatos, teve de sanear as contas, senão não conseguia fazer obras daqui para a frente. -----

Só para terminar, com uma dúvida que surgiu aqui, da parte dos vinhos, é a minha formação específica, é só uma nota técnica: há vinhos com certificação de origem e sem certificação de origem. Os vinhos sem certificação de origem são considerados os vinhos de mesa; com certificação de origem, são aqueles que referem uma região, como Douro, se for no planalto mirandês, é IPR de Miranda. E ainda há certificação de origem a nível do país, e de UE. Ou seja,

16
M
Pedro

mesmo nos vinhos de mesa pode aparecer "Product of Portugal", e então, é vinho de mesa sem certificado de origem, mas que foi produzido em Portugal, ou então diz "UE", e é vinho de mesa sem certificado de origem, com uvas provenientes de toda a Comunidade Europeia. São as três formas que há de certificação de vinhos de qualidade. -----

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Diogo Oliveira, faça favor. -

-----**O Deputado Diogo Oliveira:** Muito obrigado, Sr. Presidente da Assembleia. -----

Na última Assembleia Municipal, relativamente a este ponto, coloquei várias questões, das quais nenhuma me foi respondida. De referir que foi comunicado pelo Sr. Vice-presidente, em resposta ao meu Requerimento n.º 1/2021, enviado com a data de 3 de novembro de 2021, que não seria possível obter as atas das reuniões do Conselho Municipal da Juventude devido ao facto de se encontrarem em formato digital e de os servidores terem avariado em 2019, e que, por essa razão, não foi possível recuperar a informação. Dois anos se volveram, e não só o apagão fez desaparecer as atas, assim como referi na última Assembleia Municipal, como se extinguia o próprio Conselho Municipal da Juventude. -----

Volto a questionar: a nenhum dos conselheiros foram enviadas as atas lavradas até 2019? Já procuraram junto dos mesmos recuperar essa informação? -----

Conforme referido nesta Assembleia Municipal, no dia 9 de fevereiro de 2022, tomei conhecimento da convocatória para a reunião ordinária a ocorrer no dia 16. Sr. Presidente, será que é desta vez que teremos as atas do Conselho Municipal da Juventude? Ou será que os servidores se mantêm avariados, e a Câmara Municipal de Torre de Moncorvo se mantém inativa desde há dois anos, não tendo sido feita a competente reparação ou substituição dos servidores informáticos, continuando a não existir pelo menos oito reuniões realizadas e vertidas em ata, gravadas digitalmente nos servidores? -----

Sr. Presidente, na última Assembleia Municipal questioneei-o, mas não obtive resposta. Será que tendo em conta que o pelouro da informática, nos dois mandatos anteriores, se encontrava entregue ao Sr. Vice-presidente, e neste mandato passa a estar o Sr. Presidente responsável pelo mesmo, esta mudança permitirá mesmo garantir uma melhor competência na liderança deste pelouro, evitando assim que os apagões dos servidores serão evitados no futuro, e que possamos consultar a ata da última sessão ordinária do Conselho Municipal da Juventude? -----

Sr. Presidente, pergunto-lhe se a Câmara Municipal de Torre de Moncorvo implementou backup's regulares, permitindo assim a proteção de informação importante gravada em formato digital. -----

Sr. Presidente, os jovens anseiam para que se discutam políticas de juventude que permitam

14.
M.
Redo



contribuir para o desenvolvimento do concelho e que possam aferir e minimizar os impactos da crise económica e sanitária que tem afetado em particular a juventude. No entanto, deve vincar-se que essa matéria deve ter lugar usando práticas transparentes e democráticas. -----
Já agora, não podia terminar a minha intervenção sem responder também ao Sr. Presidente e aos Srs. Deputados, que vocês não perceberam o que eu referi na minha última intervenção. Vocês sabem o que é uma Lei, de certeza, e isso não foi tido em conta. Mas, o que eu referi – que vocês também provavelmente não prestaram atenção, e também me apontaram o dedo, dizendo que eu vinha para aqui falar em Legislação, o que é certo é que eu não sei quantos advogados estão aqui presentes, mas creio que do banco da faculdade, todos os advogados aqui presentes devem ter aprendido que uma Lei é uma Lei, e uma Lei é para cumprir. E, portanto, volto a frisar a Lei que deve ser cumprida, e que não foi cumprida, que é o seguinte:--- que o citado art.º 18.º, no disposto da Lei n.º 6/2012, no Ponto n.º 6, no disposto no regulamento do Conselho Municipal da Juventude de Torre de Moncorvo, no seu Ponto n.º 4, refere que as reuniões dos Conselhos Municipais de Juventude devem ser convocadas tendo em conta um horário compatível com as atividades dos seus membros. E isto não foi tido em conta, e a Lei não foi cumprida, ponto. -----
Muito obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Dava agora a palavra ao Sr. Deputado José Aires. -----

-----**O Deputado José Aires:** Muito obrigado, Sr. Presidente da Assembleia. -----
Aqui foram referidos vários assuntos e várias questões. Uma das questões que aqui foi referida, em resposta aos assuntos que coloquei, e como já outros deputados o fizeram antes de mim, na sua intervenção, que o Sr. Presidente, se tiver alguma coisa a dizer, ou alguém a referir, que também o possa fazer diretamente. Já vem sendo hábito a minha família ser referida, fazer essa assunção, falou de uma pessoa que era arquiteta, que trabalhou na Câmara e já não está, presumo que se refira à Arq.ª Ana Maria Rodrigues, que neste caso é a minha mãe, também isso é público e muito me orgulha, e deixou no ar que ela assinou um projeto com as letras, e foi responsável. Se o Sr. Presidente o afirma, também peço – e tome nota, porque é importante que faça chegar a todos os deputados municipais esses referidos documentos e projetos que foram efetuados para todos termos conhecimento, e que fique clarificado, uma vez que nós temos essa premissa da fiscalização e de ter acesso a essa informação, que seja transparente nesse sentido.-----

Relativamente às questões que foram aqui colocadas, também abordadas no Conselho Municipal de Juventude, aqui já assumi, e até dei conhecimento ao Sr. Presidente da Assembleia

Municipal, que não me deixará mentir, da comunicação da resposta que efetuei ao gabinete do Sr. Vice-presidente, também com o conhecimento do gabinete do Sr. Presidente e, efetivamente, referi que não poderia estar presente, por compromissos anteriormente assumidos. Não tenho qualquer interesse em que as reuniões do Conselho Municipal da Juventude sejam sempre a seguir às Assembleias – neste caso específico, sim, porque já tinha programado a vinda, uma vez que recebi primeiro a convocatória da Assembleia Municipal, e tentei até à última – daí só ter respondido no último dia – mudar os compromissos que tinha assumido, que neste caso, eram tanto de âmbito pessoal como profissional, e ambos foram inadiáveis nesse sentido. ----- Agora, o que é referido – e aqui o Sr. Deputado Diogo Oliveira já tocou no ponto, e não há margem para dúvidas – é que a Lei não foi cumprida mais uma vez. E se os Srs. Deputados acham que podemos estar na política – que é, neste caso, regida por normas e por Leis – e andamos aqui sem cumprir as Leis, ou as Leis são feitas pela maioria, estão muito enganados. Por alguma razão também existe a Lei que é para proteger as minorias, e que é para podermos conviver todos em sociedade. E a alternância de poder acontece. Nós já estivemos no poder, sabemos bem o que isso é. Agora, as Leis são para cumprir. Podem gostar, ou não, mas as Leis são para cumprir. E há duas Leis fundamentais, quer no Código do Procedimento Administrativo, quer também no próprio regulamento do Conselho Municipal de Juventude. E existiu aqui essa referência, e quem a devia conhecer melhor, uma vez que faz parte do Gabinete de Apoio, do qual eu recebi e-mail do Sr. Presidente da Câmara, será certamente o Sr. Deputado José Meneses, que também interveio aqui nesse sentido: *“as reuniões dos conselhos municipais de juventude devem ser convocadas em horário compatível com as atividades académicas e profissionais dos seus membros.”* Isto é o art.º 18.º do Código do Procedimento Administrativo, que também se coaduna com o Ponto n.º 6 do Regulamento CMJ. ----- E diz mais, porque no Código do Procedimento Administrativo diz, no art.º 23.º, n.º 1, que “cabe ao Presidente a indicação dos meios telemáticos disponibilizados para participação dos membros”, o que não aconteceu, essa foi a realidade, não fomos auscultados, não nos deram qualquer tipo de alternativa para participarmos à distância. Agora, desconhecem que alguns dos membros – e não serei o único – residem fora do concelho? É estranho, uma vez que é assumidamente, e aqui através desta Assembleia, têm esse conhecimento. ----- Relativamente à questão do horário, pois, à mulher de César não basta ser séria, também tem que parecer. Então, tiveram tanta preocupação com o representante dos estudantes que marcaram a reunião para quarta-feira, às nove e meia da manhã, sendo que, como é referido, da parte da tarde realmente não há aulas – e não há aulas já desde o meu tempo, há muitos anos. Sabendo disso, porque também andaram na mesma escola, por que é que marcaram para quarta-feira, às nove e meia da manhã, e por que é que utilizam essa justificação? ----- Peço desculpa, esqueci-me de referir aqui uma situação, antes de terminar: o Sr. Deputado José

M.
M.
Edna

Meneses também falou aqui nas questões das contas, e com certeza esteve distraído na última reunião da Assembleia Municipal, onde o Sr. Presidente disse que as contas eram só para abril, e que iríamos falar sobre elas. E terei também todo o gosto em o esclarecer. -----
E tenho dito. Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sra. Deputada Altina Pinto, se faz favor. -----

-----**A Deputada Altina Pinto:** Ora, bom dia, novamente. -----
Eu, para fazer esta intervenção, pedia autorização ao Sr. Presidente da Assembleia para usar os meios audiovisuais, uma *pen.* -----

-----**O Presidente de Mesa:** Eu acho que é melhor agendar para a próxima, para cumprir os prazos. Não pode fazer a intervenção sem os meios audiovisuais? -----

-----**A Deputada Altina Pinto:** Não, era preferível com os meios audiovisuais. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Pronto, mas tem que avisar com antecedência. Tenho muita pena, mas não vamos admitir. -----

-----**A Deputada Altina Pinto:** Muito bem, muito obrigada. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sra. Deputada Catarina Lopes, se faz favor. -----

-----**A Deputada Catarina Lopes:** Muito bom dia, Exmo. Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, restantes membros da Mesa, Exmo. Sr. Presidente da Câmara e Exmos. Srs. Deputados, Presidentes de Junta e restantes presentes. -----

Apesar de o Sr. Presidente ter dito que não ia responder ao Sr. Deputado Fausto, eu faço questão de o fazer. Estando eu envolvida no grupo de trabalho que, em 2019, elaborou uma candidatura para apoiar os regadios, no âmbito do Portugal 2020, vou aqui clarificar – que o Sr. Deputado Fausto, se calhar, anda pouco informado sobre esta questão: durante a elaboração da candidatura, eu avisei o Sr. Presidente que não eramos elegíveis no âmbito do aviso, pois faltávamos um documento chamado de cadastro predial, que na maior parte dos Municípios foi financiado no âmbito do Quadro Comunitário 2009-2014. -----

Mesmo não sendo elegíveis, o Sr. Presidente deu ordem para submetermos a candidatura e tentarmos ao máximo que esta fosse aprovada pela Direção Geral de Agricultura. Em 2020, já com resposta de reprovação, fizemos uma candidatura, que foi aprovada, para elaboração do

14.
M.
Edm

cadastro predial. Esta candidatura encontra-se em execução desde 2021, onde temos técnicos que foram capacitados, softwares adquiridos, e um Balcão BUPi a funcionar, que está aberto, para que os proprietários possam cadastrar os seus terrenos. Ou o Sr. Deputado Fausto não tem terrenos, ou então ainda não os cadastrou. -----

E isto não é falta de vontade do Executivo em fazer uma candidatura para os regadios do Peredo, Urros e Maçores, mas sim a herança da falta de suporte e planeamento, e de avisos de candidatura que são feitos por um Governo Socialista, que tinham como prioridade já a dotação orçamental para investimentos no Alqueva. -----

Por isso, Sr. Deputado Fausto, espero que esteja clarificado, e que se não o fez, que faça o cadastro dos seus terrenos. -----

Obrigada. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado João Leonardo. -----

-----**O Deputado João Leonardo:** Eu queria fazer uma pequena retificação ao Sr. Presidente da Câmara, já é do ponto anterior e tinha-me falhado, no ponto em que referiu a Caixa Geral de Depósitos. A Caixa Geral de Depósitos é 100% de capitais públicos, e não parcial, e é obrigatório estar instalada em todos os concelhos do país, é serviço público. -----

Relativamente à ULS, que foi aqui falada, de Bragança, eu penso que deveria passar para a esfera de Vila Real, se já temos uma CIMDouro em que estamos interligados com Vila Real. Eu não queria falar, mas toca-me a mim particularmente o caos que existiu na saúde, e que existe. Estive no Hospital Distrital de Bragança, eu e a Presidente da Junta de Urros e Peredo, por situações familiares, e são inoperantes. O Hospital de Bragança é inoperante, não sei quem manda naquilo, nem como está, mas eu tive que ser atendido e tive que resolver o meu problema em Vila Real. Ou seja, começa um problema com o meu filho às duas da tarde, e chego à uma da manhã a casa. -----

Por isso, se vocês acham que a saúde está bem, se o Governo do PS está bem, se trata bem a saúde, está tudo uma maravilha, pronto, continuamos assim. Mas, quando o azar bater à porta de cada um de vocês, depois, se calhar, queixamo-nos. E eu ainda tenho alguma disponibilidade para tratar do assunto, se calhar outros não têm, e terão que esperar horas, e se calhar alguns até poderão morrer. -----

Tenho dito. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Agora sim, para terminar a segunda ronda, Sr. Deputado José Meneses. -----

-----**O Deputado José Meneses:** Muito bom dia. -----

Eu gostaria de começar esta minha intervenção por, de facto, referir que aqui somos adversários políticos, mas, contudo, respeitamo-nos sempre, e acima de tudo. Lá fora, eu nutro simpatia e amizade por todos os elementos aqui presentes, tanto de um Bancada, como de outra. Às vezes surgem estas situações de conflito de ideias entre o Prof. Fausto, entre mim, entre o deputado Luís Lopes, mas, lá fora, quero que acreditem que, da minha parte, há amizade acima de tudo, e porque cada vez somos menos em Torre de Moncorvo, que é um facto. -----

Sr. Deputado Fausto, enquanto Chefe de Gabinete, eu vou reunir com a Diretora Regional de Agricultura, para falar do projeto do regadio. Acho que a deputada Catarina já o fez, e foi bastante clarificadora, mas dizer-lhe que o projeto, de facto, está no Município, está na Direção Regional, foi submetido, vamos ver se há verbas, num futuro próximo, para conseguirmos concluí-lo. -----

E as dívidas não dão bem-estar, Sr. Deputado Fausto, não dão; mas, uma boa gestão autárquica dá, acima de tudo, um bem-estar à população de Torre de Moncorvo. -----

Sr. Deputado Luís Lopes, os saltos que se dão para trás, é avaliar os trinta anos – ou vinte e oito anos – de governação do Partido Socialista, e os nove deste Executivo, e é ver as estatísticas, quer demográficas, quer económicas, quer sociais, é ver. Está documentado, não somos nós que inventamos, é ver qual foi o número de população que se perdeu em vinte e oito anos, e qual foi o número de população que se perdeu em nove anos. São falsas questões, acho que não é isso que nos interessa para desenvolvermos Torre de Moncorvo. -----

O ar angelical é sempre no bom sentido, não há aqui nenhuma malícia neste tom, ou a falar da deputada Altina, por quem eu também tenho amizade e consideração. -----

E falar de falsidades, eu não quero acreditar que é para mim, apesar de estarem direcionadas para mim, não o quero acreditar. -----

Sr. Deputado, acredito e sei que não é agricultor, que possa não entender desta temática da agricultura. Eu sou, mas todos os dias também tenho de aprender. Não gostaria de trazer para aqui assuntos de uma instituição de que eu faço parte, e que me orgulho muito, que é a Adega Cooperativa de Torre de Moncorvo. Contudo, nós podemos perfeitamente fazer vinho em Mós e vir bebê-lo a Moncorvo, não é ilegal, não é proibido, não é crime. É ver aqui uma adega ao lado, que é de Freixo de Espada à Cinta, que tem uma autorização específica que lhe permite ir buscar uvas a Lagoaça e a Fornos, e trazê-las para a sua adega cooperativa. E são esses exemplos que, se calhar, nós também teremos que avaliar. -----

E falando da dívida, dos 42.000€, foi uma dívida que a Junta de Freguesia de Torre de Moncorvo, em 2013, herdou de uma obra. O Sr. Deputado Luís Lopes sabe perfeitamente. Se houve má gestão? Eu quero acreditar que não, e acredito que não. Essa dívida foi depois paga a um empreiteiro, com a ajuda do Município. A dívida refere-se às obras de requalificação da Junta de

Freguesia. Eu não atiro para o ar, Sr. Deputado; são factos, está presente, não é atirmos para o ar. -----

Sr. Deputado Diogo Oliveira, eu andei em direito, andei lá uns anos, não consegui acabar. Não é que seja um *expert* em direito e em leis, mas uma coisa que eu aprendi é que, de facto, há o espírito da Lei e há a letra da Lei. E a Lei tem várias interpretações. A sua interpretação é essa, haverá outras maneiras de interpretarmos. -----

Para terminar, eu sugeria, de facto, que próximas Assembleias Municipais se possam começar a realizar às quartas-feiras. -----

Muito obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. E agora, dava a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, para encerrar este ponto. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Obrigado a todos os deputados que fizeram questões, ou pelo menos comentários – questões, não foram muitas.

Sr. Deputado Fausto Tiago, eu não o alcandorei a tal poleiro, pode ter a certeza. O que eu digo é que não estou aqui para me repetir, nem para ouvir repetições, quando já falámos disto em todas as Assembleias – e havemos de continuar a falar. -----

Sr. Deputado Luís Lopes, o saneamento das casas, eu enviei para a ADIN, estão à espera só de um requerimento que dê entrada na ADIN, para poderem fazer – porque, como sabe, já não somos nós, agora, a entidade. Mas, eu próprio farei com que chegue essa informação às pessoas, que é só um único requerimento para uma assinatura que falta lá, e eles não começam uma ponta para não terminarem. -----

Os paus da ecopista, vamos confirmar isso, e depois trarei aqui. -----

Sr. Deputado António Júlio Andrade, se há alguém que sempre defendeu que o sistema, como foi pensado, destas NUTS, está errado, foi o senhor. E isso, eu não questiono. Mais, se há alguém que defendeu também que estávamos muito melhor numa CIM de Trás-os-Montes e Alto Douro, foi o senhor, e eu concordo com isso. E que só foram divididas em três pelas lutas dos egos, também concordamos. -----

Agora, aqui a questão já é outra: estamos numa realidade, e temos que, em confronto com ela, ou de acordo com ela, temos que decidir para onde vamos. Exatamente, mas aí estamos de acordo. Até lhe digo mais, a centralização de Bragança é, de acordo com os regulamentos e a Legislação de quem só vê aquilo dessa forma – e nós não devíamos ver – é o exemplo crasso daquilo que o senhor disse: o Museu de Moncorvo tem melhores condições, e o arquivo, se calhar, do que o arquivo de lá, que nós sabemos como é que andaram por lá algumas coisas, e tem de estar lá, por quê, quando nós temos condições? O que deveria ser era que os Municípios

que têm condições deveriam ter o seu património. Não devia estar uma coisa que é nossa em Braga, muitas que são nossas em Bragança, deviam estar aqui. Eu próprio já solicitei isso, e foi-me dito que não, tem que estar na sede do arquivo distrital. Mas, que distrito, se já acabaram com ele? São estas contradições que me levaram a dizer que se nós, nem no Conselho de Administração podemos votar, então vamos seguir para alguma coisa que até nos dá mais credibilidade e mais serviços. É só isto. -----

Sr. Deputado Diogo Oliveira, fez aqui uma série de declarações, e é verdade, eu tomei o pelouro da informática agora, e certamente irá ter a sua ata, com a sua falta lá plasmada. Isso é certo, terá a sua ata, e a sua falta lá registada. -----

Sr. Deputado José Aires, vamos ver se nos entendemos aqui sobre duas coisas. Quando o senhor faz determinados discursos, não ao Presidente da Câmara, mas à pessoa do Presidente da Câmara, o que eu lhe dou é exatamente a mesma coisa em relação a anos anteriores a eu ser Presidente de Câmara. -----

Agora, de uma coisa pode ter a certeza – e acho que já lhe disse isto mais do que uma vez, e sei que é recíproco também da sua parte: eu sei que não são ataques pessoais, e levo isto somente na parte política. E lá fora saio, cumprimento qualquer um, e se houver tempo, vamos todos, de certeza, estar juntos. Eu sei que quando me diz essas coisas, não me diz para atacar pessoalmente, e eu também o faço da mesma forma. Agora, quando trazemos para o âmbito da política, é isto que temos. -----

E, portanto, eu gostaria também que, nas próximas, isto fosse mais elevado, porque, Srs. Deputados, estamos no primeiro ponto há mais de duas horas. E acho que se é bom discutir, acho que estão aqui duas posições estruturantes que devíamos discutir, e que devíamos perder tempo com elas: uma é a ULS, se devemos, ou não, ou a própria Assembleia Municipal, ter uma posição aqui – e não estou a dizer só Torre de Moncorvo, estou a dizer que os três Municípios do sul do distrito devem estar a votar dentro da administração, e poder nomear, ou a saída para Vila Real. Isto, sim, é estruturante para o Município, e é disso que nós estamos a falar, é de algo estruturante para o Município. -----

Este grupo, que foi agora que o Sr. Deputado Luís João propôs, que o Sr. Deputado António Júlio já tinha falado, do IP2, é estruturante para o nosso Município. Temos outro também, que é a nova vaga que aí vem, com os veículos elétricos. É importante, o Município está a fazer tudo por isso – só ainda não trouxe aqui porque não tenho dados ainda, para que a Junqueira possa ter, naquela zona, um posto de carregamento. Mas, o nosso problema aqui é que estamos a ter um problema que não é nosso, que é o IP2 não estar terminado. Este é um problema. Nós temos o IC5, foi por aí que fomos, o IC5 tem uma ligação, que é ???, que é muito melhor. Nós temos que ver as estruturantes, que é o que o PRR agora traz. -----

Era importantíssimo que nós fizéssemos esse aporte. É importantíssimo que não seja só a Câmara – e quando digo “Câmara”, o Executivo – a pressionar o Ministério das Infraestruturas com o nó inacabado da Foz, com a vergonha que é a EDP ter usado aquela estrada, tê-la destruído – porque estava em boas condições, até ser feita a barragem – e nunca a repôs. Estou aqui a falar naquela parte do IP2, estava lá, e nunca foi reposto. Está metido numa das áreas que a CIMDouro indicou ao Ministério das Infraestruturas. Eu não sei se o PRR vai chegar para tudo, temo que não. -----

Mas, temo ainda algo mais grave: é que as nossas estradas municipais foram todas comparticipadas, ou a grande maioria, por fundos europeus, como as dos outros Municípios, e se não tivermos dinheiro para as manter, aquilo que gastámos, vai ser muito mais o que vamos gastar agora para as compor. E esta lógica da União Europeia, de “alcatrão, não”, não deveria ser para o território todo; deveria ver para cada território especificamente, e isso era importante. E é aí que eu apelo também aos Srs. Deputados para, com grupos em conjunto de deputados, podermos fazer uma posição forte. Não estou a dizer uma oposição política ao Governo, mas marcar uma posição, para que possamos reunir condições para que o que temos aqui seja salvaguardado, em termos de ambiente, mas também não podemos ficar para trás em termos de infraestruturas. Eu acho que uma comissão, pelos três Grupos Parlamentares, com um texto redigido, onde não houvesse política, mas houvesse, sim, uma posição coerente na saúde, nas vias estruturantes, e também na evolução, ou pelo contrário, na perda demográfica, seria um bom trabalho que faríamos a todos aqueles que nos elegeram. Deixo este repto a todos. Eu estarei cá para também dar o contributo que assim entenderem. -----

Muito obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado, faça favor. -----

-----**O Deputado José Aires:** Muito obrigado, Sr. Presidente da Assembleia. Peço desculpa pela interrupção, antes de passarmos ao Ponto n.º 2. -----

Aqui, elencar apenas que me pretendo dirigir à Mesa desta Assembleia, usufruindo da alínea e) do art.º 28.º do Regimento em vigor, para apresentar uma moção. -----

Vou ler a moção, depois o Sr. Presidente poderá dar provimento à discussão, ou passar para a parte final da Assembleia, se assim o pretender – porque foram as questões que estivemos agora a debater, e acho que é importante clarificarmos. -----

16.
M.
Pedro



-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado, mas por que é que está a apresentar agora? Está-me a falar do art.º 28.º, mas concretamente baseia-se em quê, no art.º 28.º? Mas, o uso da palavra já lhe foi dado, Sr. Deputado. O Sr. Deputado agora quer usar da palavra para fazer outra intervenção. -----

-----**O Deputado José Aires:** Eu pretendo apresentar uma moção, qualquer deputado pode apresentar uma moção à Mesa da Assembleia. Eu pretendo apresentar uma moção, Sr. Presidente. Vai impedir-me? Já ocorreu, ao longo das várias sessões legislativas, a apresentação de moções, e qualquer membro tem esse direito. Depois, se o senhor quer, ou não, discutir, deixo à sua consideração; agora, no meu entendimento legal, eu tenho o direito de a apresentar, é o que diz o Regimento. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado, o senhor teve um momento de intervenção, o senhor está aqui a referir o art.º 28.º... -----

-----**O Deputado José Aires:** Repare, a intervenção tem a ver com a atividade municipal. Eu quero apresentar uma moção a esta Assembleia, são coisas completamente distintas. Pedi para fazer agora. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Mas, nós já esgotámos o Ponto n.º 1 do Período da Ordem do Dia. Repito Ordem do Dia. Esse não é um assunto da Atividade Municipal, mas sim de assuntos relevantes para o Município. E devia ter apresentado a moção nesse ponto do período antes da ordem do dia. -----

-----**O Deputado José Aires:** Certo, mas a moção tem que ser sempre discutida, a moção não tem que ser feita num ponto em particular. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Está bem, Sr. Deputado. A interpretação que eu faço é que o senhor deveria ter feito a apresentação da moção no momento do uso da palavra e durante o período antes da Ordem do Dia. O Sr. Deputado está-se a arrogar a um privilégio de intervir outra vez para apresentar uma moção. -----

-----**O Deputado José Aires:** Sr. Presidente, um privilégio? Os outros deputados também podem defender a honra, podem interpelar a Mesa, e podem apresentar moções, está tudo no mesmo ponto. Sendo uma competência que me é adquirida pelo Regimento que V. Exa. propôs e que está em vigor, eu peço que me deixe apresentar a moção. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Mas, eu não vejo aqui enquadramento para apresentar a moção neste momento, desculpe. -----

-----**O Deputado José Aires:** Mas, qual é o pressuposto legal para que eu não possa apresentar a moção? -----

-----**O Presidente de Mesa:** O art.º 28.º, que o Sr. Deputado está a citar, diz assim: "*Uso da palavra pelos membros da Assembleia*", tem aqui... -----

-----**O Deputado José Aires:** Ou seja, ao longo da Assembleia, no uso da palavra, eu poderei apresentar a moção, se assim o pretender, e se se enquadrar naquele ponto? -----

-----**O Presidente de Mesa:** Não. Podia apresentar no Ponto n.º 1.3, Assuntos de interesse relevante para o Município. Aí é que deveria ter apresentado essa moção. Não pode alterar a ordem do dia, para discutir uma moção. -----

-----**O Deputado José Aires:** Mas, se a moção só se enquadra, na minha perspetiva, para apresentar agora, por que é que tinha que apresentar antes? -----

-----**O Presidente de Mesa:** Mas, aqui não é a sua perspetiva, é a perspetiva do Regimento e da Lei. O senhor já teve oportunidade para apresentar a moção nos assuntos de interesse relevante para o Município, e não apresentou e agora que terminou, é que quer apresentar. Já fez as intervenções e esgotou o seu tempo. Desculpe, mas não lhe vou permitir. Não, não deixo ler a moção, Sr. Deputado, porque já teve oportunidade para apresentar a moção, não a apresentou, e agora quer acrescentar um ponto suplementar à ordem de trabalhos.-----

-----**O Deputado José Aires:** Põe-se à consideração da Assembleia, como aconteceu no despacho do Sr. Presidente. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Antes de começar a ordem de trabalhos, antes de começar. E para assuntos urgentes e por maioria qualificada. Sr. Deputado, desculpe lá, mas não vou deixar apresentar. Não vou, Sr. Deputado, não insista, porque não vou deixar. -----

-----**O Deputado José Aires:** Pronto, ficará registado em ata. -----

M.
M.
Pedro



-----O Presidente de Mesa: Certamente. -----

PONTO 2 — ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO - MOÇÃO “VOTAR SEMPRE COM AUTONOMIA NÃO ADMITE RETROCESSOS”.

----- Não houve inscrições neste ponto. -----

-----O Presidente de Mesa: O Ponto n.º 2, é uma moção que vem da Assembleia Municipal de Tabuaço, “Votar pela autonomia não admite retrocessos”, é a votação das pessoas invisíveis. --- Não sei se algum Sr. Deputado pretende intervir sobre este ponto. Se ninguém pretende intervir, tomaram conhecimento da moção. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na alínea j) do n.º 2 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, **tomou conhecimento da Moção.** -----

PONTO 3 — PROPOSTA DE REGULAMENTO DE APOIO À NATALIDADE.

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **Fausto Tiago (PS)**, **Luís Dias (Coligação PSD/CDS)**, **Silvia Santos (PS)**, **João Leonardo (Coligação PSD/CDS)**, **José Aires (PS)** e **Catarina Lopes (Coligação PSD/CDS)**. -----

-----O Presidente de Mesa: Sr. Presidente da Câmara, por favor. -----

-----O Presidente da Câmara Municipal: Muito obrigado, Sr. Presidente. -----
Este regulamento vem plasmar aquilo que era a intenção do Executivo de apoiar crianças até aos três anos, com 1.000€ anuais, e que incentive a compra de todo o material necessário – desde carrinhos de bebé, fraldas, tudo – no comércio local. Ou seja, para além de estarem cá a residir há três anos, terão também os vouchers que são entregues de ser gastos no comércio local. E terá sempre para cada criança três anos, que é o limite máximo que pode usufruir. -----
Muito obrigado. -----

-----O Presidente de Mesa: Sr. Deputado Fausto, faça favor, pode intervir relativamente ao Ponto n.º 3. -----

74
M.P.
Pedro

-----**O Deputado Fausto Tiago:** Sr. Presidente, posso fazer um reparo à Mesa? No ponto anterior, o Sr. Presidente atirou com todas as intervenções do PSD para o fim, todas as intervenções do PS no início. Deve haver uma lógica de “PS – PSD – PS – PSD”, foi assim em mandatos em que eu participei, e que os deputados do PSD muitas vezes contestaram, e queriam que, efetivamente, isso fosse cumprido, e essa norma chegou a ser adotada. Há sempre a hipótese de a Mesa manobrar as inscrições conforme quiser. E se houver uma regra que diz que fala um deputado do PS, fala um deputado do PSD, PS, PSD, a coisa fica resolvida. Eu acho que deve ser isso. -----

Neste caso, o que é que aconteceu? Todos os deputados do PSD intervieram depois de falarem os deputados do PS. Acho que isso não está correto. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Peço desculpa de o interromper, o Sr. Deputado Luís Dias interveio entre o Sr. Deputado António Júlio Andrade e o Sr. Deputado Diogo Oliveira. -----

-----**O Deputado Fausto Tiago:** Dos últimos deputados a intervir, veja quantos foram do PSD. Houve mais intervenções do PS do que do PSD. Agora, veja quantos deputados do PSD é que intervieram no princípio. Não, essa era uma questão em que o PSD fazia finca-pé em mandatos anteriores. E o Sr. Presidente, nessa época, fazia parte da Assembleia Municipal, e também estava de acordo com isso, de que podia haver uma boa norma de falar um deputado do PS, um deputado do PSD, ou um deputado do CDS – estou a ignorar o CDS, mas parece que o CDS ainda existe, para já. -----

Pronto, mas esse foi um reparo à Mesa. Isso aí há muita manobra. Eu posso levantar o braço depois de os outros todos levantarem o braço, não vamos estar com isso. O que eu acho que é correto é fazer-se desta forma, PS – PSD. Se quiserem fazer, tudo bem; se não quiserem, para mim está igual. -----

Sobre este ponto, este ponto, para mim, eu estou de acordo com a ideia, de apoio à natalidade, e penso que o PS vai votar a favor. Só que eu acho que isto está muito mal engendrado. Isto tem, na base, o conceito de desconfiança, de pôr em causa a idoneidade das pessoas que vão usufruir deste benefício. Por quê? Porque só vão receber se comprarem fraldas, se comprarem chupetas, se comprarem tudo. Ora bem, a Câmara não deve ir por aí; a Câmara devia, sim senhor, propor um apoio... o que eu penso é que não devia ser a lógica do reembolso; deve ser a Câmara a atribuir um apoio à família, e mais ninguém, a não ser a família, sabe qual é o destino que deve dar a esse dinheiro. Não vamos aqui pôr em causa a idoneidade das pessoas, para tratar bem os seus filhos, as suas crianças. E a família é que decide se, de facto, esse apoio da Câmara, essa prestação social – podemos chamar assim – é benéfica, e para quê. Por exemplo, uma família quer aumentar o seu agregado familiar, quer ter mais filhos, pensa na questão da

habitação, que é a questão essencial. E se vive num T1, ora bem, se eu vou receber da Câmara Municipal uma prestação, imaginemos, de 100€ por mês, eu posso pensar, de facto, em arranjar um T2 e ter mais um filho. Isso faria algum sentido. Nós estarmos aqui a dizer que tem de comprar fraldas, chupetas, etc., acho que isso é ridículo. -----

A Câmara devia, sim senhor, apoiar a natalidade, e vamos apoiar a natalidade no sentido de dar mais meios financeiros às famílias para satisfazerem as necessidades das suas crianças. E eles é que sabem, efetivamente, o que é que os meninos precisam, e o que faz felizes os meninos, não é agora termos de obrigar as pessoas a comprar uma fralda ou uma chupeta. -----

Por outro lado, é a questão do tempo em que estes apoios vão ser prestados. Sobre isso, não há nada no documento. Eu penso que a Câmara se pode comprometer, dizendo assim: durante este mandato, a Câmara Municipal vai apoiar as famílias com filhos, residentes no concelho, que, de facto, tenham essas crianças até à idade dos três anos, durante quatro anos, porque estar a fazer isso para este ano, isso não cria perspetivas para as pessoas, não cria aqui uma ideia de estabilidade para o futuro, e isso vai ser mais uma despesa para a Câmara, e não vai resolver. -----

Para mim, o que teria algum sentido era a Câmara, sim senhor, vai apoiar, não é com base em reembolso nenhum, é uma prestação que a Câmara dá a todas as famílias que satisfaçam as condições, de ter crianças até aos três anos – se for até aos três anos, pode ser até aos cinco, não sei, depois as disponibilidades financeiras é que ditarão isso. -----

E outra questão – e essa era uma questão que podia ser trabalhada com o Partido Socialista: é que esta questão teria mais sentido se houvesse um acordo entre o PS e o PSD, por quem vai gerir o concelho – neste mandato, é o PSD, no próximo pode ser o PS, e no próximo, a seguir, ou PS, ou PSD, algum deles será, porque duvido que apareça aqui outro Partido, o CDS já não tem hipótese; mas, em princípio, todos nós sabemos que quem vai gerir o concelho, nestes próximos três mandatos, neste é o PSD, nos dois seguintes será o PS ou o PSD. E podia haver aqui um acordo entre as estruturas do PSD e do PS, no sentido de dizer que este é o apoio que vai vigorar no tempo, pelo menos neste mandato e no próximo – o terceiro já será mais problemático, mas eu acho que até podíamos ir por aí. E este acordo podia ser entre o PS e o PSD a nível concelhio, e ser respaldado, depois, a nível distrital até, comprometer as pessoas nesse sentido, porque isso é que criava alguma perspetiva de futuro para as pessoas, e as pessoas podiam dizer assim: se vou receber mais uma mensalidade de 100€ por mês, de facto, posso pensar em mudar de casa, posso pensar em ter mais um filho. Caso contrário, com isto que nós vamos fazer, é mais uma despesa para a Câmara, as pessoas vão beneficiar alguma coisa, mas isto não se vai traduzir em nada. -----

Penso que era bom que a Câmara pensasse bem no assunto, porque, de facto, eu penso que conforme as coisas estão delineadas e pensadas, isto vai ser mais uma despesa que vai vigorar

14:
M.
Leder

durante este mandato – nem há perspectivas no documento de que vigore no próximo ano – e isto não traz estabilidade às pessoas, e as pessoas não são motivadas para, de facto, aumentarem a natalidade. Eu penso que a Câmara deve pensar, estou aqui a propor isso também, não tenho muitas certezas sobre o assunto. -----

E outra questão, que se resolvia também facilmente, sem grandes burocracias: teriam direito à prestação todas as pessoas cujos filhos tivessem abono de família até aos três anos. O abono de família seria o que já recebem da Segurança Social, e a Câmara dava um outro abono de família. Isso seria, de facto, incentivar as pessoas a pensar na sua vida a médio e longo prazo.- O que está delineado, penso que vai ajudar em alguma coisa, mas não vai resolver. E a outra medida que estou a propor, se calhar também não vai resolver grande coisa, mas penso que terá mais impacto, e que as pessoas serão mais motivadas a pensar no futuro, e a pensar provavelmente em aumentar o seu agregado familiar. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. -----

Quanto à sua sugestão, iremos levar em linha de conta. -----

Relativamente às intervenções, segue-se, então, a do Sr. Deputado Luís Dias. -----

-----**O Deputado Luís Dias:** Parece que temos aqui alguém a competir pela posição da vidente Maya, sobre o futuro. É sempre bom. Cabe aos eleitores ver se o CDS tem uma palavra a dizer, ou não, nas próximas eleições autárquicas do Município. Eu espero bem que sim, porque o exemplo que os dois grandes Partidos têm, quando se unem, é para nomear – não, para indicar em quem é que nós, membros da Assembleia, poderemos votar, em relação ao Presidente das CCDR's. Impuseram-nos alguém, e chegávamos aqui, e ou votávamos em branco, ou votávamos num nome imposto pelo tal acordo entre os dois grandes Partidos. Quando o Bloco Central de une, coitados de nós. -----

Em relação ao que o Sr. Membro da Assembleia, Fausto Tiago, disse, sobre o uso da palavra durante a ordem do dia, o Sr. Presidente da Mesa disse que vai ter em conta, mas eu não vejo mal nenhum em nós, Assembleia, colocarmos à votação uma alteração ao Regimento, no seu art.º 25.º, que são as regras para uso da palavra para discussão da ordem do dia, em que se contemple um novo ponto, que é o Ponto n.º 5, em que cabe ao Presidente da Mesa, não só dividir os tempos equitativamente, mas alternar entre Grupos Municipais. Qualquer coisa deste género, se calhar o Sr. Presidente poderá escrever melhor do que eu disse agora, mas poderá ir a votação uma alteração ao Regimento. -----

Sobre o ponto, qualquer coisa é boa para apoiar a natalidade, basicamente é isto. Temos baixa natalidade. Se é pouco dinheiro? É o que é. Agora, entendo que haja estas condicionantes todas, para não ser só dinheiro dado. Esse dinheiro é dado, mas vamos investi-lo na economia local.

Acho que são boas condicionantes, que fazem com que haja também algum dinamismo na economia local, porque hoje em dia, a maior parte da população que reside em Moncorvo – se quiserem fazer perguntas lá fora, estão à vontade, perguntam à família onde é que faz as suas compras do mês, e vão dizer-lhe que é em Vila Real, 80%. Depois, se calhar, 10%, ou 1%, em Bragança, para aí 5% na Guarda. Mas, acima de tudo, toda a gente faz compras, hoje em dia, em Vila Real. Não faz sentido que ande o Município, no fundo, a dinamizar outra região. -----
Por isso, se o Município dá este apoio, mas a família tem que se comprometer a gastar esse apoio no Município, acho muito bem que defendamos os nossos interesses económicos. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. -----

Quanto à sua proposta, quanto ao tempo, está no Regimento. Quanto à sua proposta, penso que não é necessário para o Regimento. Enquanto estiver por aqui, irei acautelar essa situação. Mas, quem sou eu, sou só um dos vinte e oito membros da Assembleia Municipal. Portanto, farão a proposta, e será votada, como acharem. -----

Na sequência das inscrições para intervenção, está a Sra. Deputada Sílvia Santos – e já estamos até a respeitar a sugestão do Sr. Deputado. Faça favor. -----

-----**A Deputada Sílvia Santos:** Muito obrigada. -----

Realmente, como disse o deputado Luís, qualquer medida de apoio à natalidade é boa, é muito boa. Estou a favor em todas as medidas de apoio e intervenção social, nomeadamente esta, de incentivo à natalidade, sendo que esta medida fica muito aquém do esperado. Não é com 3.000€ de ajudas que os jovens vão decidir ter filhos. Quando se gasta centenas de euros em festas, e depois distribuímos umas migalhas, isto é muito pouco. -----

É preciso procurar a principal razão por que os jovens e empresas não se fixam no concelho.---
Uma das razões é a habitação. Não há lotes de terrenos no concelho para construção, e os que há, estão longe de chegar perto do orçamento das famílias. -----

Outra razão – e a maior parte das vezes, e já foi dito aqui hoje várias vezes – é a falta de médico.-
Quantas e quantas vezes eu me dirijo à consulta aberta às onze, ao meio dia, à uma, às duas, às três, e não há médico – na consulta aberta, constantemente. Nem toda a gente tem carro, nem dinheiro para táxi, para ir a Foz Côa. Já me aconteceu a mim, mais do que uma vez, chegar à consulta aberta com uma criança de colo, carregada de febre, e não havia médico. Uma jovem mãe de dois filhos disse-me que não tinha dinheiro para pagar o táxi, só tinha dinheiro para medicamentos. -----

Vivemos ainda no rescaldo da pandemia, e existem muitas carências que esta medida não consegue colmatar. -----

Muito obrigada. -----

M.
LN
Edna

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sra. Deputada. Tem a palavra o Sr. Deputado João Leonardo. -----

-----**O Deputado João Leonardo:** Ora, neste Ponto n.º 3, eu solicito a retirada do art.º 4.º do Ponto n.º 3, para podermos beneficiar crianças que tenham nascido antes de 2022, até completarem os três anos de idade. Peço esta questão porque no art.º 4.º, Ponto n.º 3, refere que para efeitos de atribuição de incentivo, são contabilizadas crianças nascidas a partir de 1 de janeiro de 2022. Proponho a retirada do Ponto n.º 3, porque penso que não seja este o espírito do regulamento que o Sr. Presidente e o Executivo propuseram, que seria atribuir a todas as crianças até que perfaçam os três anos de idade, já terem um apoio a partir do ano de 2022. ---
Perante esta alínea, condiciona a atribuição de direitos, porque só crianças que nasceram este ano é que iriam ter direito daqui para a frente. Retirando o Ponto n.º 3 do decreto, eu peço que, depois, em reunião do Executivo, fique vertido e entre em homologação o despacho. -----
Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Presidente. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Obrigado, Sr. Presidente. -----
Eu inicio por esta última intervenção, dizendo que concordo, que foi um lapso, até porque mantendo o Ponto n.º 3 do art.º 4.º, estaríamos a contrariar o espírito do n.º 1 do art.º 5.º, que refere que é até aos três anos, e assim já não poderiam usufruir, porque a ideia será conseguir, Sr. Deputado Fausto Tiago, em 2022, três anos, que vá até 2025, que é o final do mandato. Os regulamentos com prestações pecuniárias não podem ultrapassar os finais dos mandatos. E por isso, está até 2025, mas parece-me bem esta interpretação que o Sr. Deputado João Leonardo fez. E da nossa parte, se a Assembleia assim o entender, levarei, de hoje a oito, ao Executivo, para que seja retirado este número deste artigo, ficando, então, só o art.º 5.º, com o n.º 1, que é mais amplo, e é esse o espírito da Lei. -----
Muito obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Segunda ronda de intervenções. Faça favor, Sr. Deputado José Aires. -----

-----**O Deputado José Aires:** Muito obrigado, Sr. Presidente da Assembleia. -----
Relativamente ao ponto em que estamos aqui a discutir este regulamento, que é uma ferramenta que também fazia parte do nosso programa político, no sentido de haver esse incentivo à natalidade, que é fundamental numa terra como a nossa, como já foi referido em Assembleias

lh
M
Be do

anteriores – não importa agora aqui discutir os motivos, penso eu, porque já o fizemos anteriormente, e podemos fazê-lo futuramente – que foi um dos concelhos que mais população perdeu nos resultados preliminares dos Censos de 2021. E parece-me que esta medida, sim, vem ao encontro das necessidades da população. E daí, de forma geral, também sermos favoráveis a este regulamento. -----

No entanto, o que eu proponha – e dado que se refere a natalidade, e normalmente a natalidade está associada a jovens casais, e uma vez que também, neste momento, já existe o Conselho Municipal de Juventude, não sei se o Sr. Presidente terá essa aceitação, ou essa abertura, o deputado Fausto também já indicou que agora, que temos conhecimento, podemos também dar contributos para a melhoria deste regulamento, se o Sr. Presidente, uma vez que vai levar novamente a reunião de Câmara, não queria retirar de votação nesta Assembleia e trazer na próxima, já imediatamente a seguir. Antes disso, também terá o Conselho Municipal de Juventude que reunir obrigatoriamente para dar o seu parecer sobre a prestação de contas, e poderia também este tema vir na ordem de trabalhos do Conselho Municipal da Juventude – onde tudo farei para estar presente, e nesse sentido, também dar as minhas contribuições, em meu nome pessoal e do Partido Socialista. -----

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sra. Deputada Catarina Lopes. -----

-----**A Deputada Catarina Lopes:** Relativamente a este regulamento, antes de mais, quero felicitar a deputada Sílvia pela intervenção – e eu, como mãe de dois filhos pequenos, acho que realmente é importante apoiar a natalidade. Mas, acho que o Sr. Deputado Fausto, mais uma vez, desconhece um bocadinho a realidade do concelho, porque temos famílias – e posso-lhe certificar isso – que se lhes déssemos os 3.000€ em dinheiro, ou livremente, iam comprar um carro, que é o que fazem com o pré-natal. E depois vão à Caritas, ou vão à Santa Casa, a pedir leite para dar às crianças. -----

Eu penso que o regulamento deve ficar realmente assim, gasto no comércio local, eu penso que também poderia ser alargado para os transportes públicos, se fossem autocarros ou táxis, porque há pais que não têm carro, não têm carta, e seria uma forma de levar as crianças às consultas, e também à parte da pediatria – ou seja, nós temos pediatras que vêm cá, e essas consultas deviam ser também contempladas. -----

Outra questão é que, realmente, não concordo com o adiamento da aprovação do regulamento, até porque se vamos retirar o ponto, que pode prejudicar, se estamos a adiar, há crianças que agora estão a completar os três anos, e se os fizerem agora, já não podem ser contempladas, enquanto que nestes dois meses, as que estão a fazer três anos ainda podem contemplar

h.
M.
Goh.

algumas despesas, e até fazer compras futuras em fraldas – porque fraldas não se estragam, o leite não se estraga, e há muita alimentação que se pode comprar para crianças que não se estraga. -----

Obrigada. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sra. Deputada. Sr. Presidente. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Muito obrigado, Sr. Presidente da Assembleia. -----

Bom, este é um documento para ser dinâmico, como é óbvio. Mas, está apresentado em fevereiro, em abril já é a prestação de contas, nós temos que ter isto mais ou menos solidificado. E as consultas e tratamentos médicos estão plasmados neste regulamento – aliás, no anexo onde podem ver os bens ou serviços considerados indispensáveis estão as consultas e tratamentos médicos, medicamentos e vacinas não contempladas no Plano Nacional de Vacinação. E também, não estando aqui, há outros apoios que o Município dá, nomeadamente no transporte não urgente, ou no transporte urgente. E, portanto, essa é outra medida. Esta aqui foca-se exclusivamente na natalidade, para produtos que não sejam uma despesa para o agregado familiar, mas sim um benefício do agregado familiar por ter este filho ou filha. Esta é a ideia. -----

E por quê no comércio local? Muitos diziam assim: eu compro um carrinho, se for preciso, num shopping no Porto, mais barato, e poupo para outras coisas aqui. É verdade, mas o que nós queremos também é incentivar o comércio local. E, portanto, é a partir destas premissas, apoio aos produtos indispensáveis de puericultura, e também um apoio ao comércio local. Isto é um “dois em um”, digamos assim. -----

Agora, está sempre aberto e é dinâmica, para depois de abril, obviamente, podermos conversar novamente sobre isto, estarmos aqui novamente a ver questões que também estão previstas nas disposições finais, onde diz que determinadas situações que possam não caber na regulamentação prevista serão resolvidas caso a caso pela Câmara Municipal – não é pelo Presidente da Câmara, é pela Câmara Municipal. E, portanto, todas estas situações não previstas no presente regulamento serão resolvidas pela Câmara Municipal, para as pessoas terem possibilidade de levar lá essas situações. E como eu disse, é um documento dinâmico, para se ir resolvendo. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Deduzo das palavras do Sr. Presidente que é para irmos votar. Pedido de esclarecimento? Não, vamos votar com a alteração proposta. Iríamos votar o documento, ou vamos votar o documento, sem este ponto. -----

Faça favor, Sr. Presidente. -----

M.
M.
Redu



-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Estão a ver as coisas ao contrário. A Câmara aprovou já um regulamento, que é esse que, se vocês aprovassem, entrava hoje em vigor. Agora, foi proposta pela Assembleia, que é o único órgão deliberativo – não é a Câmara, é a Assembleia; a Assembleia até poderia dizer: “Nós só queremos o art.º 1.º, e levem a reunião de Câmara”, e nós teríamos que levar a reunião de Câmara, mas com a aprovação já aqui da Assembleia, poderíamos era não aprovar lá, e não haver regulamento, porque depois chumbava cá. ----- Agora, a questão aqui é diferente: está aprovado o regulamento pela Câmara Municipal, foi proposta uma alteração a um artigo, a Assembleia aprova o regulamento se retirar esse ponto desse artigo, a Câmara só leva a conhecimento a deliberação da Assembleia Municipal, porque, para todos os efeitos, em termos de cabimento, em termos de operação financeira e em termos de legalidade, o regulamento está aprovado pela Câmara. Só houve uma alteração pelo órgão deliberativo, que é quem decide. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sendo assim, vamos votar o Regulamento de Apoio à Natalidade, sem o Ponto n.º 3 do art.º 4.º. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou **por unanimidade, aprovar o “Regulamento Municipal supra identificado”** que aqui se dá por transcrito para todos os efeitos legais. -----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Faça favor, Sr. Deputado. -----

-----**O Deputado José Aires:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

-----**Declaração de voto**-----

“Referir aqui que, neste ponto, eu votei a favor, pese embora as lacunas que foram aqui identificadas, até pelo Sr. Deputado da coligação e líder do Grupo Parlamentar do PSD, no sentido da urgência de entrar em vigor, para não penalizarmos outras crianças, e também pela abertura que foi demonstrada pelo Sr. Presidente do Executivo da Câmara Municipal, no sentido de o documento ser dinâmico, e poder ainda ser melhorado num futuro próximo. Realmente, tínhamos essa indicação, daí termos sugerido o adiamento, para podermos também criteriosamente analisar o documento e trazer as nossas sugestões, mas não deixaremos de o fazer numa próxima Assembleia. -----

lh.
M.
Adri

E findo aqui a minha declaração de voto relativamente a este ponto". -----

Agora, Sr. Presidente da Assembleia, antes de me retirar para o meu lugar, há pouco vim aqui colocar a questão da moção, e o senhor tomou a sua posição... Não, a declaração de voto terminou, e eu quero fazer uma interpelação à Mesa, neste caso a invocar o Regimento, que é a alínea d) do art.º 28.º. -----

No Regimento, como eu referi há pouco, relativamente à apresentação de moções, vem na alínea e) do art.º 28.º. O senhor tem a sua interpretação. No entanto, no Regimento que nos propôs e que está aprovado, no art.º 66.º - uma vez que existe essa lacuna - indica: "*Compete à Mesa da Assembleia, com recurso para o plenário, interpretar o presente Regimento e integrar as suas lacunas, sendo uma lacuna...*" - e ainda há pouco ficou claro quanto tentei apresentar uma Moção Contra a Unidade Transformadora de Bagaços em Carviçais ... (*Interrupção da gravação*).-----

...é só, uma vez que no ponto de antes da ordem do dia, Ponto n.º 1.3, foi tão compreensivo com outros deputados para que pudessem falar sobre o assunto, e agora, querendo apresentar uma moção, que está perfeitamente de acordo com o Regimento que o senhor propôs e que está em vigor, que se encontra aprovado, o senhor não me deixa transcrever nem apresentar essa moção. E eu quero que isso fique registado em ata, que não me deixa, e que não querem fazer a discussão, e que, por isso, têm que ser os Srs. Deputados, tem que pôr à consideração de todos, para sabermos quem é que quer, ou não, discutir esse tema, e quem considera esse tema importante, ou não, para o nosso concelho. -----

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Relativamente à sua intervenção, quem diz que existe uma lacuna é o Sr. Deputado, eu não tenho nenhuma lacuna. O Sr. Deputado não pode vir dizer que a Mesa tem uma lacuna quanto à interpretação. Eu não tenho. E não tenho dúvidas nenhuma de que este assunto deve ser no momento certo, e o momento certo, na minha interpretação, como Presidente da Mesa, é nos assuntos de interesse relevante para o Município, no período de antes da ordem do dia. Eu acho que devia ser no Ponto n.º 1.3. -----

Portanto, eu não tenho lacunas, não vou pôr a votação uma coisa de que não tenho dúvidas. --- Mais, no caso, o Sr. Deputado acabou de dizer que a moção era sobre a fábrica de bagaço de Carviçais. Muito estranho eu, Sr. Deputado. Então, várias pessoas falaram aqui da fábrica. Nem de propósito, apresentar a sua moção naquele momento para debater o assunto, o Sr. Deputado não o fez, e quer, depois, vir na ordem do dia, quer vir alterar a ordem de trabalhos e introduzir o ponto. Portanto, eu não tenho lacunas nenhuma, e não vou pôr a nenhuma votação. Da minha parte, é claro, não tenho dúvidas. -----

Portanto, a minha interpretação, como Presidente da Mesa – não tem de concordar – é essa a interpretação. Assunto encerrado, na minha perspetiva. Depois, o senhor reclama, tem todo o direito. -----

Sra. Deputada, faça favor, para declaração de voto. -----

-----**A Deputada Altina Pinto:** Eu, há pouco, quando levantei a mão, quando me chamou para intervir, eu disse que não seria eu, porque antes de me inscrever, estava inscrita a deputada Catarina. Era só isso que eu queria esclarecer. -----

-----**Declaração de voto**-----

“Em relação à minha declaração de voto, da proposta de regulamento de apoio à natalidade, no anexo vêm serviços considerados indispensáveis ao desenvolvimento da criança (n.º 2 do art.º 5.º), bens e serviços de saúde, comprometem-se com consultas e tratamentos médicos, medicamentos e vacinas não contempladas no Plano Nacional de Vacinação, com receita médica. Se todos se recordam, esta era mais uma das medidas da candidatura do Partido Socialista à Câmara Municipal. Mais uma vez, V. Exa. está a pôr em prática o programa do Partido Socialista, tal como fez com a redução da taxa de IMI dos 0,4% para os 0,3%, motivo pelo qual votei a favor. -----

Muito obrigada”. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sra. Deputada. -----

PONTO 4 – CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL NAS JUNTAS DE FREGUESIA DO CONCELHO. -----

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **Luís Miguel Lopes (PS)**, **José Aires (PS)**, **Altina Pinto (PS)** e **José Meneses (Coligação PSD/CDS)**. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Dava a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para se pronunciar sobre o contrato interadministrativo de delegação de competências da Câmara nas Juntas de Freguesia. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Presidentes de Junta, para quem estes contratos interadministrativos têm mais foco: -----
Mantivemos a pretensão de transferir para as Juntas de Freguesia os valores, não por obra ou adjudicação, mas sim para todos os Srs. Deputados saberem quanto é que é para cada uma das

lh.
M.
Redu

Juntas. Não houve grandes alterações em relação ao que era no mandato transato, à exceção da Freguesia de Mós, que viu o número de eleitores aumentar – tem lá nos Censos. -----

A única situação que houve foi porque tivemos que corrigir o número de eleitores pelos Censos que foram agora publicados. É a única alteração, tudo o resto se mantém, conforme havia sido negociado com os Srs. Presidentes de Junta de Freguesia. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----
Sr. Deputado Luís Lopes, faça favor. -----

-----**O Deputado Luís Miguel Lopes:** Sr. Presidente, muito obrigado. -----
Muito rapidamente, dizer só ao Sr. Deputado Luís João, muito obrigado pela aula de enologia, rotulagem e designação, é esse o seu caminho, o caminho da agricultura e do vinho. -----
Também muito rapidamente, falou-se aqui em amizade, eu tenho amigos em todo o lado – aliás, eu não me reconheço nenhum inimigo. Sou amigo do Prof. Rei, sou amigo do Nuno, sou amigo de toda a gente. E a diferença aqui entre amizade e política é que estudamos em livros diferentes, é essa a questão. E além disso, eu não quero o lugar do Dr. Nuno, e o Dr. Nuno também não nos vai abandonar – digo eu. -----

Em relação aos tais 42.000€ da Junta, era uma obra que está feita, é uma dívida que o Dr. Nuno pagou, e muito bem, mas o Dr. Nuno também pagou através de um contrato interadministrativo de 30.000€ uma casa de banho que o senhor fez ????. -----
Era só isso. Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado, eu pedia que falassem dos assuntos que estão em discussão, isso é outro assunto. -----

-----**O Deputado Luís Miguel Lopes:** Sr. Presidente, eu falei sobre o contrato interadministrativo, fiz foi uma introdução. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado Luís Dias, faça favor. Prescinde? Então, Sr. Deputado José Aires. -----

-----**O Deputado José Aires:** Muito obrigado, Sr. Presidente da Assembleia Municipal. -----
Antes de me dirigir propriamente ao ponto, deixar aqui só a moção que gostaríamos de apresentar, e que o senhor não quer ver debatida, entrego-lhe desde já. Se não nesta, poderá agendar para a próxima. -----

Relativamente ao ponto em questão, ao mapa financeiro, e neste caso às transferências das

M.
M.
Adro

verbas para as Juntas de Freguesia, aqui o que nós propomos, o Grupo Municipal do Partido Socialista, é que estas verbas possam ser até aumentadas – uma vez que o número de eleitores tem reduzido, podermos aumentar o valor por número de eleitor – dado que o Orçamento da Câmara tem aumentado centenas de milhares de euros todos os anos. Os Srs. Presidentes de Junta são os que estão mais próximos da população, e muitos deles até têm um relatório de atividades que levam às Assembleias de Freguesia, mais extenso do que o que o próprio Presidente da Câmara traz a esta Assembleia Municipal. -----

Portanto, aqui nós propomos – e somos insuspeitos nesse sentido, porque só temos uma Junta, no momento – que possa ser aumentada essa dotação, e achamos que as Juntas de Freguesia, uma vez que se preparam, num futuro próximo – é a questão que temos vindo a debater, e debateremos no despacho da delegação de competências, se elas são delegadas nas Câmaras, depois outras terão de ser delegadas nas Juntas, aí estamos de acordo, falta o envelope financeiro, mas preparar também as Juntas com o reforço dessas verbas, para que possam ter uma atividade maior e mais próxima da população. -----

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Presidente. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

Sr. Deputado, o Sr. Deputado é um mãos largas. Eu também gostava de fazer o mesmo, só que, infelizmente, temos aqui uma Sra. Presidente de Junta que já apanhou uma aceitação de competências atribuídas pelo próprio Estado, em que recebe 1.900€. Este é o problema. Ou seja, a Câmara está a dar muito mais do que aquilo que está previsto no Orçamento. -----

E mais, Sr. Deputado, eu gostaria que o senhor – e aqui, sem qualquer veleidade de lhe impor o que quer que seja, mas eu gostaria mesmo de ouvir a sua opinião junto do PS, o porquê de na Proposta de Lei que vai ser aprovada lá para junho, aos Municípios ser retirada – a Moncorvo, no mínimo 600.000€ até 800.000€, mas que é para todos assim. E sabe por quê? Exatamente pelo que disse a Sra. Deputada sobre festas e festinhas, porque não conseguimos atingir – porque não houve pessoas – as taxas necessárias para ir para o Orçamento de Estado, e que é reduzido, depois, para nós. -----

Portanto, nós mantivemos, mesmo com a redução que vamos ter no Orçamento de Estado. -----

E quanto à piada de bom gosto sobre algumas Juntas que levam um relatório maior do que o do Presidente da Câmara, ou está a falar das do PSD, ou então a única do PS, pressuponho que aqui, para que possa ser mais perceptível, nos outros pela melhor capacidade das pessoas que lá estão. -----

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Presidente da Câmara. -----

Está aberta a segunda ronda de inscrições. -----

Sra. Deputada Altina Pinto, faça favor. -----

-----**A Deputada Altina Pinto:** Muito obrigada. -----

Eu só pedi para mostrarem este mapa financeiro porque na Freguesia de Urros e Peredo dos Castelhanos, o por quê de não constarem lá verbas. Pronto, era essa a minha questão, porque eu achei estranho todas receberem, menos a União de Freguesias de Urros e Peredo dos Castelhanos. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Não estava cá quando isto foi aprovado, foi no mandato passado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** O Presidente vai responder de seguida. Agora, tem a palavra o Sr. Deputado José Meneses. -----

-----**O Deputado José Meneses:** Boa tarde. -----

Eu não podia estar mais de acordo com o deputado José Aires. Em primeiro lugar, concordo com a verba atribuída, os 55.000€, se bem que se fosse mais, mais projetos e mais ideias poderia também a Junta de Freguesia de Torre de Moncorvo alcançar. -----

E uma vez que estamos no Ponto n.º 4, de contratos interadministrativos, eu também não poderia deixar de me defender aqui, e com todo o apreço e amizade que temos uns pelos outros, a obra foi feita, mas não foi paga, é preciso ter-se isso em conta. E 100.000€ para compor uma fachada do edifício da Junta de Freguesia, eu acho que é extremamente elevado este valor – se bem que o interior, o Sr. Deputado sabe perfeitamente como é que está, que ainda está a parte de cima por acabar. Se calhar, vamos utilizar estes 50.000€ para terminar. -----

Só para terminar, porque isto também é importante que se saiba: na altura, os Orçamentos da Junta de Freguesia eram trezentos e tal mil euros, quando o FFF era aproximadamente de 65.000€. É preciso ter em atenção estas situações todas. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado, cinja-se ao ponto da ordem de trabalhos, se faz favor. -----

-----**O Deputado José Meneses:** Vou cingir. -----

Em relação às casas de banho, que apelidou aqui de 30.000€, foram 25.000€. E não foram casas de banho, foi a zona envolvente toda – foram as casas de banho, foi o espaço de lazer, foi o

h
MA
Pedro

parque de merendas, e foi a cobertura e churrasqueira. E não foi 30.000€, foi 25.000€, Sr. Deputado. Tem que ter também atenção naquilo que fala e naquilo que diz. -----
Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Eu peço mais uma vez aos Srs. Deputados que falem do ponto que está na ordem de trabalhos, senão, assim, falamos de tudo e mais alguma coisa, as reuniões prolongam-se, etc. E outra coisa, se cada um vai falar daquilo que lhe apetece, ou de que se lembre, não vale a pena haver ordem de trabalhos. -----
Sr. Presidente, faça favor. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----
Sra. Deputada Altina, a questão que fez é pertinente, não aparece ali, teve a ver com o processo da descentralização. As Assembleias de Freguesia tinham que votar se aceitavam a descentralização, ou não. Doze votaram que não aceitavam, continuámos com os contratos interadministrativos entre a Câmara e a Junta de Freguesia, e uma Assembleia de Freguesia, que foi da Freguesia da União de Freguesias de Urros e Peredo dos Castelhanos, aceitou, que recebe do montante descontado ao Município, diretamente pela entidade governativa, que envia para a Junta de Freguesia. Por isso, nós aí não podemos fazer o que quer que seja. É só por isso que não está aqui. -----
O valor era aquele que eu lhe estava a dizer, dos 1.920€, ou qualquer coisa. Era por isso que eu lhe estava a dizer, nesta situação – o que vai ser agravado agora com esta proposta de Orçamento, que retira às autarquias entre 600.000€ e 800.000€, aos Municípios com menos de dez mil habitantes. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Presidente. -----
Passamos à votação do Ponto n.º 4. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou **por unanimidade autorizar “a Câmara Municipal a celebrar os Contratos Interadministrativos de delegação de competências nas Juntas de Freguesia até ao montante estabelecido no mapa financeiro anexo à minuta”**. -----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Passamos ao Ponto n.º 5, e depois ao Ponto n.º 6. -----

14:
M
Edição

Eu tenho algumas dúvidas quanto a estes pontos, de serem agendados, ou não, mas, enfim, no futuro terei que ponderar e analisar melhor isto, em termos de Legislação. Mas, de qualquer forma, estão agendados, estão agendados. -----

PONTO 5 — REQUERIMENTO N.º 01/2022 APRESENTADO PELO DEPUTADO DIOGO OLIVEIRA.

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **Diogo Oliveira** (PS), **João Leonardo** (Coligação PSD/CDS), **José Aires** (PS), **Catarina Lopes** (Coligação PSD/CDS) e **Luís Dias** (Coligação PSD/CDS). -----

-----**O Presidente de Mesa:** Eu dava a palavra ao Sr. Deputado Diogo Oliveira, que fez o Requerimento n.º 01/2022. -----

-----**O Deputado Diogo Oliveira:** Obrigado, Sr. Presidente. -----

Como todos sabemos, ensino é a ação e efeito de ensinar, e trata-se do sistema e do método de instruir, constituído pelo conjunto de conhecimentos, princípios e ideias que ensinam alguém. -- Segundo a Constituição da República Portuguesa, conforme presente no n.º 1 do art.º 73.º, todos têm direito à educação, assumindo-se que a educação é um direito que assiste a qualquer cidadão nacional. Adicionalmente, de acordo com o n.º 1 do art.º 74.º, todos têm direito ao ensino, com garantia do direito à igualdade de oportunidades, de acesso e êxito escolar. -----

O Partido Socialista e a Juventude Socialista têm promovido a democratização da educação e as demais condições para que a educação contribua para uma igualdade de oportunidades, a superação das desigualdades económicas, sociais e culturais, conforme presente no n.º 2 do art.º 73.º da Constituição da República Portuguesa. Ao contrário de outros Partidos, que têm como principal objetivo o investimento no setor privado, alimentando ainda mais as assimetrias da sociedade e não garantindo uma igualdade de acessos e direitos a todos os cidadãos, o Partido Socialista e a Juventude Socialista investem na promoção da Escola Pública, assim como uma garantia da eliminação do analfabetismo, na gratuidade de todos os graus de ensino, e na garantia de uma educação permanente. -----

No nosso concelho, é fundamental um constante investimento no ensino. E por isso, a Juventude Socialista de Torre de Moncorvo e o Grupo Parlamentar do Partido Socialista têm auscultado os alunos do Agrupamento de Escolas Dr. Ramiro Salgado, de forma a que se consiga apurar quais são as suas principais visões, face à questão em si, tendo já sido levantados vários constrangimentos sentidos pelos alunos. -----

Foi realizada uma atividade de proximidade que uniu os jovens estudantes de várias freguesias

M.
Edna



do nosso concelho, de forma a promover um espírito de solidariedade, de debate de ideias, assim como também de partilha de ideias para o futuro do ensino em Torre de Moncorvo. -----

Estas são as principais razões da apresentação do requerimento, onde podemos comprovar o nosso compromisso para com todos os jovens do nosso concelho, e todos os jovens que desejem estudar cá. -----

Provavelmente o Sr. Presidente desconhecerá a existência de jovens no nosso concelho, mas eles são uma realidade, e é por isso que devemos caminhar lado a lado com eles, auscultando-os. Daí a tão grande importância que a Juventude Socialista e que o Partido Socialista dão ao Conselho Municipal da Juventude, algo que até ao momento se desconhecia que operava, ou então que um célebre apagão esfumou no tempo. Aliás, como disse o Sr. Deputado, a Lei tem várias interpretações, mas há uma questão que é uma realidade: Lei é Lei, e Lei é para ser cumprida; e o que está preto no branco é Lei, e Lei é para ser cumprida. -----

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado, faça favor. -----

-----**O Deputado João Leonardo:** Bem, começando pelas declarações do Sr. Deputado Diogo Oliveira, realmente, o PS tem abusado pouco das parcerias público-privadas; realmente, são os outros Partidos. -----

Relativamente ao assunto em questão, o Sr. Deputado Diogo Oliveira está muito preocupado com a conclusão das obras da Escola Dr. Ramiro Salgado, e nós, PSD e CDS, também. Mas, numa situação de pandemia, com a subida constante dos preços das matérias primas, sem produção de matérias primas e componentes eletrónicas, com o constante abandono da população do interior, não estará esta obra a correr dentro da normalidade, perante o que vivemos? -----

Não se deverá preocupar demais, depois de uma vitória do PS, com maioria absoluta, em saber se vai ser concluído o IP2? Se vai ser concluído o desassoreamento do Douro? E como está a Linha do Douro e a ligação a Espanha? Será que este Governo vai criar novas medidas e apoios para as pessoas e para o interior? É com essas questões que se devia preocupar. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado José Aires. -----

-----**O Deputado José Aires:** Muito obrigado, Sr. Presidente da Assembleia. -----

Aqui, relativamente a esta questão, saudar também que tenha sido trazido este tema à Assembleia Municipal, penso que é um tema que é caro para todos nós. -----

Relativamente às questões que foram colocadas, acho que a nossa preocupação deve ser ampla, e não dirigida a determinados setores. Eu penso que a educação é transversal, assim como a saúde – que já foi falada aqui – a qualquer setor. -----

Relativamente às questões que foram aqui elencadas, e que vêm na própria documentação, verifico que ao nível dos pedidos de prorrogação efetuados pelo empreiteiro que tem a cabo a obra, parecem-me perfeitamente plausíveis, no sentido do fornecimento de materiais, penso que é conhecida essa situação, e que, lá atrás, tem a ver também com a extração dos materiais e a sua transformação a nível da indústria, e até mesmo na logística. -----

Ao nível da questão em si, a única preocupação que me elenca aqui é que ao verificar a documentação que foi enviada, verifico também que, neste momento, estamos já a caminhar para o final de fevereiro, a prorrogação termina no dia 30 de maio, se não estou em erro, as candidaturas deste tipo de investimento que o Governo tem efetivamente efetuado, e com justiça, uma vez que já tinha ocorrido anteriormente, normalmente nas capitais de distrito, e outros grandes centros, e finalmente o interior também foi valorizado. E neste caso, sendo um programa que também permite aos Municípios, e bem, só terem de contribuir com 7,5% da dotação total do custo da obra – sendo que na nossa, como já foi referido em Assembleias anteriores pelo Sr. Presidente da Câmara, existiu essa necessidade do aumento do Orçamento, para corresponder também ao valor real da empreitada. -----

Agora, a questão é que olhando para a obra – eu só vi da parte de fora, ainda não tive possibilidade de ver no interior, mas tendo passado lá recentemente, verifiquei também que se nota algum atraso. E daí, nesse sentido, a nossa preocupação que queremos aqui expressar, para que os serviços municipais, nomeadamente o setor de obras públicas, possa fazer esse acompanhamento e garantir que aqui não se encontrem também quaisquer lacunas, e que a obra, estando prevista, como está, para ficar concluída até ao final de maio, início de junho, possa também garantir que o próximo ano letivo já possa ser iniciado em condições que permitam aos nossos jovens e às nossas crianças dispor também de melhores materiais pedagógicos, melhores materiais de construção, maior conforto. E é essa, realmente, a nossa preocupação, também aqui neste tema. E era essa situação que queria também aqui referir, no seguimento do agendamento deste assunto. -----

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Sra. Deputada Catarina Lopes. -----

-----**A Deputada Catarina Lopes:** Relativamente ao Ponto n.º 5 da ordem do dia, o Requerimento n.º 1/2022, apresentado pelo deputado Diogo Oliveira, com o assunto “Obras de requalificação e beneficiação da Escola Secundária Dr. Ramiro Salgado”, e tendo sido este tema

h.
A.M.
Beda

já debatido, até na reunião da Assembleia anterior, após terem sido entregues todos os documentos justificativos, custa realmente entender qual a dificuldade existente em perceberem os atrasos da obra, uma vez que estes estão justificáveis por várias condições, que até já foram aqui mencionadas por deputados, quer do PSD/CDS-PP, quer até do PS, que são externas ao Município, e até ao adjudicatário. -----

A obra foi iniciada em ano de pandemia – relembro, em março de 2020 – e sempre decorreu neste contexto: paragens, interrupções, funcionários em isolamento. Há escassez de materiais, e não têm sido cumpridos os prazos de entrega. -----

Mas, ainda uma problemática mais grave, que aqui, Sr. Deputado Diogo Oliveira, em vez de nos trazer textos sobre o que é o ensino, poderia perguntar e conhecer melhor o território, pois a problemática tem vindo a ocorrer até noutros setores, nomeadamente na agricultura, que é a falta de mão de obra. -----

Sr. Deputado, veio há pouco para Moncorvo, mas desafio-o a questionar os empreiteiros relativamente à disponibilidade de mão de obra, ou até que consultasse o Instituto de Emprego e Formação Profissional local, para perceber se há desempregados disponíveis para o setor. Mas, isto não é um fenómeno apenas local, pelo que o desconhecimento não serve de justificação. -----

Na execução dos fundos comunitários existe um mecanismo chamado “pedido de alteração” – também pode consultar, conforme consulta as listagens dos PO's – que está disponível para submissão no Balcão 2020, exatamente para alterações de execução temporal, física e financeira de candidaturas. -----

Mas, já que este assunto das obras da escola é tão questionado pela Bancada Parlamentar do PS, questiono-me realmente se importa melhorar as condições de quem estuda ou trabalha na escola, ou será mais importante executar uma obra dentro dos quatrocentos e oitenta dias previstos, mesmo que isso implicasse prejudicar o normal funcionamento letivo, especialmente em ano de pandemia. Certamente que os alunos, professores e encarregados de educação são os mais interessados na conclusão desta obra, mas também o Município, que desde 2018 – sublinho, 2018 – despende recursos humanos e financeiros para candidatar e executar um projeto com valor superior a 3.000.000€. -----

O projeto da escola tem refletido um esforço acrescido do Município, desde a fase de candidatura e de contratação à execução, sendo este esforço de parabenizar, pois, como muitos aqui presentes, queremos que as nossas crianças e jovens estudem em Moncorvo e tenham acesso a ensino e a infraestruturas dignas, pois, para nós, Moncorvo não é só juntar o útil ao agradável; é estarmos cá todos os dias. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sra. Deputada. Sr. Deputado Luís Dias. -----

16.
M.
Ceder

-----**O Deputado Luís Dias:** Tenho a lembrar que já no anterior mandato tínhamos o Prof. Eduardo aqui connosco – que também é professor – e ele perguntava normalmente como é que iam as obras da escola. -----

Agora, para enquadrar temporalmente onde estamos, é notícia de ontem que há empreiteiros a falir pelo custo de mão de obra, custo de energia, custo da logística, e atraso e custo das matérias primas, isto leva a que fechem as portas alguns empreiteiros. Não é o caso (parece) do empreiteiro que está a executar esta obra. -----

Eu só quero relembrar que o primeiro concurso desta obra ficou vazio, ninguém se candidatou, e teve que ser a Câmara Municipal – o Executivo, e depois nós, Assembleia Municipal – a aumentar o valor, para que alguém se pudesse candidatar a executar esta obra. Ou seja, não foi o Poder Central que andou para a frente e deu um salto educativo para a frente; foi o Poder Local que conseguiu que esta obra ficasse feita – ou está a fazer-se, lá chegaremos. -----

Mas, já agora, que estamos com critérios também pessoais, que se falou já nesta Assembleia de algumas letras que são bonitas, também me apetece dizer uma observação pessoal, se o Sr. Presidente não se importa: não gosto da cor da escola. Podia ser um bloco rosa, e outro laranja, em vez dos dois cinzentos. Não lembraria, como lembrou o discurso do Sr. Diogo, uma política de lesta, estatista, o Estado e tal, tudo cinzento, e não, algo liberal, algo moderno, um bloco cor de rosa e um bloco cor de laranja, toda a gente ficava mais alegre no seu dia a dia dentro daquela escola. -----

Mas, agora falando um pouco mais a sério, agradecemos muito ao Executivo que tenha abraçado esta obra, e que tenha andado esta obra para a frente. O futuro da nossa região está nos jovens.- Quanto mais dinheiro investirmos nessa população, melhores frutos vamos ter no futuro, e temos a agradecer a este Executivo por isso. -----

E pelo menos na Bancada do CDS – e provavelmente a do PSD também, posso falar por eles – conseguimos perceber perfeitamente que neste enquadramento todo não seja fácil executar prazos de obras. Daí, damos de barato este atraso, de cerca de trezentos dias. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Presidente, faça favor. -----

É assim, a Mesa não se apercebeu da inscrição, sinceramente. É a primeira ronda, mas não há segunda, aqui neste caso. Se é para citar o CPA, convém citá-lo corretamente, já agora. É um aparte, não tem nada a ver com a Assembleia, tem a ver com outros conceitos. Mas, ao citá-lo, convém citá-lo corretamente. -----

Sr. Presidente, faça favor. -----

M.
Pedro
M.



-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Muito obrigado. -----

Duas questões aqui que, se calhar, têm relevância para o conhecimento que todos possamos ter. -----

Este projeto da escola, ao contrário do que aqui já foi dito, que já havia um projeto, e que já estamos a executar o projeto que havia – não sei onde é que foi isso, não conheço, deve estar numa gaveta qualquer, ou então muito bem escondido – este foi um projeto já apresentado em 2014, ainda no Governo de Passos Coelho. Este projeto teve seis escolas, que foram as que se candidataram dentro da CIMDouro, e que foram aprovadas. Houve uma série de problemas na assinatura, foi uma assinatura de um contrato feita pela então Secretária de Estado da Educação com os seis Municípios – e depois já não era com os seis, já foi com os do norte todos, já não era só com a CIMDouro. E posteriormente, passado um tempo, verificou-se que não era possível, com o dinheiro que estava disponível, fazer a escola – veio aqui à Assembleia, foi à Câmara, e novamente foi posta a concurso. Só que houve um problema, que teve que ter a assinatura do Sr. Ministro, porque era ele que tinha que assinar, porque já não era válido o contrato da Sra. Secretária de Estado, mas sim o do Sr. Ministro, com os valores certos. Foi feito em Vila Real, para o norte todo, e com isto, o cronograma, que devia ter iniciado em 2015, o mais tardar, andámos até 2018, 2019, e iniciámos em 2020. -----

Também não é verdade que o Município esteja só a despende 7,5%, Sr. Deputado. Isso é o que está no contrato, é o que devia ser legal, e já nos aconteceu isto com a Visconde de Vila Maior, exatamente igual isto: é que o Estado ainda não disponibilizou nenhum dinheiro dos 7,5% que tinha que disponibilizar – nenhum, nem um cêntimo. E o empreiteiro não pode estar sem receber. Portanto, a Câmara está a assumir o da Câmara e o do Estado, que na segunda-feira respondeu a dizer que estava a ver quando é que os serviços centrais lhe davam autorização para fazer pagamentos. -----

Portanto, vivemos aqui com uma dupla carência: uma, o aumento que tivemos de fazer do montante para realizar a execução da escola, e a suportar aquilo que o Estado ainda não suportou. Esta é que é a verdade. -----

Agora, o mais importante – o senhor falou em maio, não, a prorrogação para o empreiteiro é até 31 de março, prorrogação; o financiamento da execução física é que é até junho – pode ir até 30 de junho. -----

O que é que vai acontecer? A obra tem que ser acabada, obviamente, e todos estamos aqui de acordo que tem que ser acabada. O grande problema é que numa reunião, há duas semanas, que tivemos lá, com o Sr. Diretor do Agrupamento, com o empreiteiro, e eu próprio, pela Câmara, e os técnicos, trinta e seis funcionários estavam com Covid. E isto tem sido desta forma, ou é um subempreiteiro, apanhámos os piores anos da nossa vida, digamos assim. -----

14.
M.
Pedro

E, portanto, o que eu espero é que seja concluído a breve trecho, e que seja concluído bem, porque um dos blocos já está em pleno funcionamento, com os alunos. E em breve, espero que esteja o segundo, e durante o tempo de férias, a ver se ficamos com toda a parte administrativa feita e terminada. É isso que eu espero nesta obra. -----

Mas, Sr. Deputado, eu sou-lhe sincero, não é culpa sua, é minha, certamente. É minha. É que eu até estive a ler atentamente – e peço desculpa aos outros que intervieram – o que é que o senhor tinha pedido no seu requerimento, e a Câmara dará os esclarecimentos conforme a pergunta que lhe fazem. Mas, o senhor veio aqui com a retórica política, sem uma questão que fez aqui. E eu vou ter que lhe responder, e peço desculpa, senão diriam que eu não respondo às questões. O que o senhor fez foi, auto de consignação; já uma vez lhe disse, e volto a dizer-lhe que isto não é competência da Assembleia Municipal. Informação relativa à prorrogação e causas da alteração do prazo de execução da obra, deliberação da decisão de autorização da Câmara Municipal relativa à prorrogação do prazo contratado e respetiva notificação do adjudicatário, procedimentos efetuados com a data do fim da operação. Sr. Deputado, foi o senhor mesmo que escreveu isto, ou esqueceu-se de trazer isso para aqui no discurso pré-feito que tinha? É que quando trazemos aqui à Assembleia Municipal, temos que ter maturidade suficiente, assertividade suficiente, e capacidade para fazer as perguntas coerentes com o requerimento, porque isso que leu, faz bem em fazê-lo num congresso, ou numa associação, mas não aqui, depois do que nos fez pedir, e dos técnicos que tivemos que alocar, a juntar tudo isto, para o senhor não fazer uma única pergunta disto. Em que ficamos? -----

Agora, escusa de fazer as perguntas na segunda intervenção, porque já lhas respondi. -----

Obrigado. -----

-----O Presidente de Mesa: Obrigado, Sr. Presidente. -----

Então, segunda ronda de inscrições. Não há inscrições, passamos então ao Ponto n.º 6. -----

PONTO 6 — REQUERIMENTO N.º 02/2022 APRESENTADO PELO DEPUTADO JOSÉ AIRES. -----

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **José Aires** (PS), **Diogo Oliveira** (PS), **Francisco Braz** (Coligação PSD/CDS), **José Meneses** (Coligação PSD/CDS) e **Luís Dias** (Coligação PSD/CDS). -----

-----O Presidente de Mesa: Sr. Deputado, faça favor. -----

-----O Deputado **José Aires**: Muito obrigado, Sr. Presidente da Assembleia. -----

M.
Pando

Sr. Presidente da Câmara, quando a legitimidade do Sr. Bernardo Pando da Silva de integrar esta Assembleia Municipal foi exposta na passada reunião de 10 de dezembro de 2021, pelo Grupo Municipal do Partido Socialista, da parte do Sr. Presidente da Câmara não foram dados quaisquer esclarecimentos, ficou mudo e quedo. -----

O Sr. Bernardo João Pando da Silva veio aqui a este palanque, perante todos nós, dar conhecimento de que não existia qualquer problema e que a Lei tinha sido cumprida. Nos termos do Código da Contratação Pública, art.º 315.º, n.º 1, as modificações devem ser publicadas pelo contraente público no portal dos contratos públicos até cinco dias após a sua concretização, devendo a publicidade ser mantida até seis meses após a extinção do contrato. Nenhum destes prazos foi cumprido. Se assim fosse, não teríamos de assistir às alterações constantes *online*, conforme se pode verificar nas diversas publicações efetuadas pelo Município no Portal Base.Gov, anexas ao Requerimento n.º 02/2022, em apreço. -----

Desde esse dia até hoje, as tentativas da Câmara Municipal para legalizar o problema são, no mínimo, surreais e inacreditáveis. O que nos foi dado a assistir *online* ultrapassa todos os limites. Nesse mesmo dia 10 de dezembro de 2021, quando a reunião desta Assembleia Municipal terminou, foram a correr publicar as modificações ao contrato. Espera-se que no trajeto até aos Paços do Concelho, na correria desenfreada, não tenham tropeçado e batido com a cabeça na calçada, porque mais parece que foi o que aconteceu. -----

Na consulta efetuada no dia seguinte, 11 de dezembro, ficamos a saber: o contrato foi revogado no dia 23 de agosto de 2021, foram pagos 16.101,76€ ao Sr. Bernardo Silva, e o fundamento da modificação: alteração anormal e imprevisível das circunstâncias, art.º 312.º, alínea a) do CCP.- Mas, Sr. Presidente, é invocada a alínea a), mas é na alínea b) do referido art.º 312.º que a alteração ao normal e imprevisível das circunstâncias é definida, e que passo a citar: "*A modificação do contrato pode ter como fundamento a alteração ao normal e imprevisível das circunstâncias em que as partes tenham fundado a decisão de contratar, desde que a exigência das obrigações por si assumidas afete gravemente os princípios da boa fé, e não esteja coberta pelos riscos próprios do contrato.*" -----

Então, houve má fé? Os fundamentos são vossos, e nem queria acreditar no que continuava a ler. É justificada a não redução do contrato a escrito, citando o art.º 95.º, n.º 2, alínea c): por motivos de urgência imperiosa resultante de acontecimentos imprevisíveis pela entidade adjudicante, seja necessário dar imediata execução ao contrato. Como é que não se reduz a escrito um contrato que já tinha sido escrito e assinado no dia 28 de janeiro de 2021, e publicado no Base.Gov no dia 1 de fevereiro de 2021? Diz o ditado popular que a pressa não é boa conselheira, mas estando em causa a ilegalidade da permanência do Sr. Bernardo Silva nesta Assembleia, os senhores não olharam a meios para obter os fins, e não terminaram por aqui as alterações introduzidas no Portal Base.Gov, no que a este contrato diz respeito. A data da

h.
M.
Adri

publicação e da modificação contratual inscrita no Base.Gov coincidia com a data da última Assembleia Municipal, que foi numa sexta-feira, dia 10 de dezembro de 2021. Meteu-se o fim de semana, e nesses dois dias, já com mais calma, algum inteligente assintomático digital – estou a utilizar as suas palavras, Sr. Presidente – pôs-se a pensar que dava muito nas vistas tal coincidência, e na segunda-feira seguinte, a data da publicação da modificação contratual é alterada para 13 de dezembro de 2021, e assim se manteve durante vários dias, pelo menos até 2 de fevereiro passado. -----

Dos 18.000€ contratados em janeiro de 2021, e que deviam ser realizados nos onze meses seguintes, a Câmara Municipal, passados cerca de sete meses, revogou o contrato e pagou 16.101,76€? Como é que chegaram a este valor? Eu sei que o Sr. Presidente da Câmara, no mandato anterior, me chumbou nesta matéria da contratação pública, e nem sequer me dava nota para ir a oral, mas digo-lhe, Sr. Presidente, estando em causa a minha honra, tenho estudado afincadamente, e pretendo demonstrar-lhe isso mesmo. -----

Partindo do princípio que o contrato terminou no dia 23 de agosto de 2021, quer dizer que o Sr. Bernardo da Silva trabalhou duzentos e sete dias. Agora, é preciso fazer uma regra de três simples: se a trezentos e trinta e sete dias correspondem 18.000€, a duzentos e sete dias corresponde X. X é igual ao quociente da multiplicação de duzentos e sete, vezes dezoito mil, a dividir por trezentos e trinta e sete. O resultado é 11.056,38€. É este o valor que corresponde aos eventuais duzentos e sete dias de trabalho. Seria este o valor que deveria estar inscrito na modificação contratual, para dar a cara com a careta, e não o valor de 16.101,76€, que corresponde a trezentos e um dias de trabalho. E neste caso, a data da revogação do contrato calharia no dia 25 de novembro de 2021. Como diz o bom povo, não bate a bota com a perdigota.- O contrato assinado entre o Sr. Bernardo Pando da Silva e a Câmara Municipal deveria ter terminado antes da entrega das listas de candidatos às eleições autárquicas no tribunal, ou seja, no dia 2 de agosto de 2021. Se o contrato tivesse terminado no dia 23 de agosto de 2021, o Sr. Bernardo Silva incorreria em perda de mandato, nos termos da alínea b) e d) do n.º 1 do art.º 8.º da Lei n.º 27/96, de 1 de agosto, que já foi exposta pelo Grupo Municipal do Partido Socialista na reunião passada. Então, nada mais fácil, toca a alterar a data do fecho do contrato. Quando voltei a consultar a publicação do contrato no Base.Gov, no dia 15 de janeiro de 2022, a data do fecho do contrato passou a ser a 27 de julho de 2021. Mas, Sr. Presidente, esta nova data do fecho do contrato implica que o Sr. Bernardo Silva só trabalhou cento e oitenta dias. No entanto, mantinha-se pago o valor de 16.101,76€. Trabalhou menos, mas o pagamento continua igual? Tanta generosidade para os amigos, Sr. Presidente, ou poderei dizer que os votos saem caros? Mas, a saga não acaba aqui. Para terminar, no passado dia 7 de fevereiro, voltei novamente à Base.Gov e havia novidades. Não contentes com as trapalhadas, na tentativa de ficha limpa e branqueamento da situação, já não aparecem quaisquer modificações. No entanto, o prazo

M.
M.
Pedro



passou de trezentos e trinta e sete dias para duzentos e sete dias, e o valor pago – entre aspas – passou a ser de 9.818,15€. Isto quer dizer que o Sr. Bernardo Silva teve que devolver os 6.283,81€ que tinha recebido em demasia? Mas, as contas continuam a não bater certo. Se o contrato terminou a 27 de julho de 2021, fazendo nova regra de três simples, a cento e oitenta dias de trabalho corresponde o valor de 9.614,24€. Isso quer dizer que o Município pagou mais 203,91€? E volto a citar um provérbio popular: gato escondido com o rabo de fora. Tanta aldrabice em tão pouco tempo, que falta de respeito para com os munícipes e esta Assembleia Municipal, tanta incompetência. -----

Termino, o rei vai nu, tem a palavra o Sr. Presidente da Câmara. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado Diogo Oliveira, faça favor. -----

-----**O Deputado Diogo Oliveira:** Obrigado, Sr. Presidente da Assembleia Municipal. -----

Durante a reunião de 10 de dezembro passado, V. Exa. referiu que ia encaminhar para os serviços da autarquia o requerimento apresentado pelo Grupo Municipal do Partido Socialista, referente à dúvida legal relativa à posse do Sr. Deputado Bernardo Pando da Silva. Queira esclarecer esta Assembleia da conclusão da análise levada a cabo por V. Exa., nos termos da Lei em vigor, em que data pediu e em que data recebeu os esclarecimentos solicitados por V. Exa. aos serviços municipais. -----

É com estranheza que me deparo com tantas modificações ao contrato, considerando a forma como, a 10 de dezembro de 2021, veio aqui afirmar que estava tudo resolvido, dentro das normas legais, para tomar posse em janeiro. Não saberá que as eleições se realizaram a 26 de setembro de 2021, e a tomada de posse foi no dia 11 de outubro do mesmo ano? Das duas, uma: ou o Sr. Deputado, na altura, ficou baralhado, e a data que referiu, transcrita na ata aprovada hoje, no Ponto n.º 1.1, marca o início efetivo da sua atividade política, e coincide com o mês em que iniciou o contrato, ou é mais um lapso a somar a todos os outros, anexos a este requerimento. - Infelizmente, o Sr. Deputado não se encontra aqui presente, mas seria importante esclarecer esta Assembleia sobre qual o dia exato em que se iniciou e terminou o contrato com o Município, qual o montante exato que recebeu, em virtude da prestação de serviços, que motivos legais levaram à revogação do contrato, e por último, mas não menos importante, a forma como comunicou, ou lhe foi comunicada a cessação do contrato. -----

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado Francisco Braz. -----

-----**O Deputado Francisco Braz:** Muito obrigado. -----

Primeiro, eu acho que este ponto nunca deveria ter vindo aqui, neste momento; devia ter sido retirado da ordem de trabalhos, pois o Sr. Deputado Bernardo, visado diretamente, não se encontra presente, e logo, não tem oportunidade de acompanhar, nem de intervir. -----

Depois, o que me leva, de certa forma, a vir falar aqui neste ponto, é porque são assuntos que nos podem vir a ocorrer a todos. Já em 2014, houve a tentativa de ser eu o visado, também por incompatibilidades que poderia haver, por ser autarca e trabalhar, na altura, para o Município.---

Penso que não é a melhor forma de estarmos aqui nesta política, e mais, quando já foi explicado pelo deputado Bernardo que rescindiu o contrato, e até devolveu os montantes – agora comprovado – sendo ele possivelmente prejudicado por uma opção política. Mas aí, ele é que saberá. E desejo-lhe que, como por vezes a perder, ganhamos, no futuro veja realizadas todas as suas opções políticas, que agora colocou já em primazia. Enalteço também o facto de ser um jovem empreendedor, com coragem e gosto pela terra em que decidiu se estabelecer e fazer parte da vida empresarial do concelho. -----

Pelo que sei e pelo que vou analisando, trata-se aqui de um assunto de dois jovens, dois “Jotas” atuais, mas que da parte do deputado José Aires – que não sei o que faz, mas desejo-lhe desde já o maior sucesso a nível profissional – não deveria ir por este lado. Certamente haverá muitos outros temas em que possam explicar toda a sua resiliência jovem, em que se queiram afirmar, não indo a questões pessoais, isto porque, nesta vida, tudo acaba de um momento para o outro, e depois fica tudo. Costumo dar um exemplo, de uma pessoa de Carviçais, que por acaso fazia setenta e sete anos no dia 15, quando caiu para o lado, não teve tempo sequer de dizer à esposa que deixou 70€ numa gaveta. A vida acaba. -----

Portanto, deputado José Aires, não interprete de forma alguma como conselho, que isso, já nem ao meu filho dou, mas sim, e também extensivo a todos, uma forma mais comedida, com os assuntos que possam tocar o respeito e o particular de cada um, porque acima de tudo aqui todos nós somos sérios e honestos, nenhum de nós tem telhados de vidro, e nunca ninguém cometeu nenhum peculato. -----

Muito obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Presidente, prescinde? Sr. Deputado José Meneses. -----

-----**O Deputado José Meneses:** Bom, só a título informativo, que, de facto, tenho que dar um apreço muito grande a dois deputados, que no mandato de 2005, salvo erro, foram aqueles que mais se bateram pela bandeira do Conselho Municipal da Juventude, que foi, na altura, o deputado Nuno Costa e o João Leonardo. -----

Infelizmente, o deputado Bernardo Silva não pôde estar nesta sessão, por motivos, como já sabemos, de intervenção cirúrgica. Mas, Sr. Deputado José Aires, é incrível que traga este

M.
M
Cedro



assunto à Assembleia, visto que parece importar-se mais com questões e joguinhos políticos, do que com assuntos que tragam desenvolvimento ao concelho, e isso também é uma retórica que lhe queria deixar aqui, e que pondere também nessa situação. -----

O deputado em questão é um jovem empresário que se fixou na terra, porque gosta, arriscou, criou empregos para outros se fixarem cá. O Bernardo é essa pessoa. Mas, tal como disse o deputado Bernardo na anterior Assembleia, este abdicou do contrato de prestação de serviços para exercer o seu mandato como deputado. E sabe quanto é que ele perdeu? 8.000€. Ou melhor, deixou de ganhar. Eu queria saber se você abdicava também – se abdicava, por exemplo, das deslocações, que eu acho que são por direito, mas se abdicava das deslocações para vir aqui às Assembleias. -----

O Sr. Deputado sabe o que é investir em Torre de Moncorvo? Sabe o que é criar uma empresa? Sabe o que é aguentar os impostos que o atual Governo aplica nas empresas? Todos nós sabemos que você não sabe isso, infelizmente – tomara eu que você criasse aqui uma empresa, e criasse aqui postos de trabalho. -----

O Sr. Deputado acha que a Câmara não deve apoiar os jovens empresários? Faça-se uma política positiva, e com alguma transparência. -----

Para finalizar, eu confesso que, por aquilo que sei, o Sr. Deputado Diogo é da área de gestão, contabilidade, e fala de Leis. O Sr. Deputado é da área de Direito, ou se calhar não terminou, que foi o meu caso, e fala de contabilidade. À noite, quando vocês se encontram, e se reúnem, tentem falar daquilo que, se calhar, estarão mais à vontade. E se querem palco, este é o vosso palco, usem e abusem, que eu vos dou os meus parabéns. -----

Muito obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. O Sr. Presidente tinha prescindido, penso que mantém. -----

Está aberta a segunda ronda de inscrições. Sr. Deputado José Aires, faça favor. -----

-----**O Deputado José Aires:** Muito obrigado, Sr. Presidente da Assembleia Municipal. -----

Deixar só aqui a questão, não sei se o vai fazer no final, mas houve algumas questões que eu vi que alguns deputados fizeram, nomeadamente o deputado Diogo, à sua pessoa, enquanto Presidente da Assembleia Municipal, não sei se irá responder no fim. -----

Relativamente aqui à questão – e agora dirijo-me ao Sr. Presidente da Câmara Municipal – tal como vem sendo seu hábito, V. Exa. entende que não deve dar explicações a esta Assembleia Municipal. Na verdade, não tem como explicar os factos, as ilegalidades são por demais evidentes. -----

M.
L.
Adm

A Portaria n.º 57/2018, de 26 de fevereiro, regula o funcionamento e a gestão do portal dos contratos públicos, denominado por Portal Base. De acordo com o art.º 10.º, n.º 3, a publicitação das modificações objetivas do contrato, prevista no n.º 1 do art.º 315.º do CCP, é realizada automaticamente no Portal Base, a partir dos dados incluídos no relatório de modificação contratual. -----

Respeitante à responsabilidade pela informação, o art.º 12.º refere, no n.º 1, que o preenchimento dos blocos de dados é realizado por um utilizador certificado e reconhecido como representante da entidade adjudicante em causa, diretamente no Portal Base. Já o n.º 5 do mesmo artigo define que a informação constante do Portal Base é da exclusiva responsabilidade das entidades adjudicantes, não podendo a entidade gestora do portal substituir-se às mesmas. -----

Sr. Presidente, os procedimentos administrativos a que assistimos ao longo destes dois meses denotam um profundo desprezo pelas Leis em vigor, que regulam a forma de funcionamento de uma autarquia local. A si, Sr. Presidente, como máximo responsável pela gestão do Município, cabe-lhe assumir as suas responsabilidades. Irei enviar à Mesa requerimento solicitando cópia dos relatórios das várias modificações ao contrato introduzidas no Portal Base pelo utilizador certificado e reconhecido como representante da Câmara Municipal. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Francisco Braz. Prescinde? Sr. Deputado Diogo Oliveira. -----

-----**O Deputado Diogo Oliveira:** Obrigado, Sr. Presidente. -----

Estranho que os esclarecimentos não foram prestados por V. Exa., Sr. Presidente da Assembleia, e que também não tenham suporte na informação da correspondência que nos remeteu na ordem de trabalhos desta sessão. Não se verifica lá qualquer ofício ou outra forma de comunicação dirigida por si aos serviços municipais, ou outra entidade, sobre esta matéria, assim como não existe registo da entrada da resposta dos serviços. Ou o assunto foi tratado oficiosamente? Não foi V. Exa. que afirmou, na última reunião de Assembleia, que ia cumprir escrupulosamente o Regimento? Em que ficamos, Sr. Presidente? Uns são filhos e outros são enteados? -----

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado Luís Dias. -----

-----**O Deputado Luís Dias:** Sr. Presidente, a pergunta é rápida. Então, o Sr. Bernardo, membro desta Assembleia, trabalhou para o Município, tinha um plano de trabalho, uma ordem de serviço, que era a elaboração de um plano de *marketing digital* – criação e elaboração de um plano de

M.
M.
Adm

marketing digital. Existe? Não foi terminado? Como está o trabalho? Ou seja, o que nos devemos preocupar é se o trabalho foi feito, sim ou não. Se o trabalho for feito, não recebeu na totalidade, pronto, se calhar também não terminou o trabalho na totalidade. É uma questão que coloco ao Sr. Presidente, em que fase é que está a parte do trabalho. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado José Meneses. Prescinde? -----

Relativamente ao Sr. Deputado Diogo Oliveira, eu não tenho aqui os documentos, mas logicamente que enviei. Mas, posso facultar-lhe. Não sei se foi logo no dia 10, ou se foi no dia 11, mas só posso responder-lhe que enviei, logicamente, para a Câmara. Foi-me respondido ontem e quando tenho disponibilidade de tempo despacho os assuntos da Assembleia, quando me chegam dos serviços de apoio. -----

Eu ontem enviei para o Sr. Deputado José Aires a resposta que recebi da Câmara Municipal. Peço desculpa por ser ontem, mas, efetivamente, só pude mandar após o final do meu dia de trabalho. E o que me foi dito, na altura, dos serviços de apoio, e está escrito, é que o Sr. Deputado Bernardo João Pando da Silva, a requerimento do próprio, cessou a atividade no dia 27 de julho de 2021, sendo o respetivo preço do contrato reduzido em conformidade. -----

Portanto, se falta algum documento – parece que a questão é do documento que enviei para a Câmara, não tenha dúvidas de que enviei – aliás, a prova está aí na resposta que o Sr. Deputado José Aires tem, que penso que como líder do Grupo Parlamentar, partilhará com os restantes membros. -----

Quanto à resposta, está aí. Se lhe é dito que o Sr. Deputado Bernardo Silva, no dia 27 de julho de 2021, fez um requerimento a cessar a atividade, para mim é claro. Agora, não vou estar aqui, nem me compete estar a investigar outras situações. Para mim – e tenho de confiar, e confio certamente nos serviços de apoio – no dia 27 de julho de 2021, muito longe de outubro de 2021, cessou o contrato. Mas, quanto ao resto dos documentos, se faltar algum, eu enviarei. -----

Sr. Presidente da Câmara. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

Sr. Deputado José Aires, isto é uma caça às bruxas a que V. Exa., com tanto penhor, se submete. Eu não lhe ia responder, porque eu utilizo para mim aquilo que utilizo para os outros: se já disse que não papagueava aqui, várias vezes, também não faria sentido responder-lhe uma resposta que o senhor tem. Resposta ao requerimento de 10 de dezembro de 2021, foi tudo respondido, e com acesso a toda a documentação, nomeadamente o contrato, e todas as regularizações financeiras com quem assinou o contrato. O senhor já é useiro e vezeiro em ler truncadamente as informações que lhe são dadas. Eu nunca lhe quis dizer isto, porque já o fez aqui, de não ler na íntegra as coisas que lhe são enviadas. O senhor teve direito à resposta, o erro foi este

H.
M.
Adm

assunto ter vindo aqui, que não é aqui que deve ser tratado. O senhor podia queixar-se de não ter os elementos; teve os elementos todos, e, portanto, depois poderia fazer aquilo que melhor lhe aprouvesse, e que deve fazer, e depois cá estarão outros para responder. É assim que se faz, não é querer criar palco, ainda mais sem a pessoa em questão, que é aqui visada, estar presente. E imagino o que era o senhor, se estivesse aqui com público. É esse o seu meio de ataque? -----

PONTO 7 — DESPACHO "PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE TRANSFERÊNCIA PARA O MUNICÍPIO DAS COMPETÊNCIAS PREVISTAS NO DL N.º 55/2020, DE 12.08 - DOMÍNIO DA AÇÃO SOCIAL". -----

-----Não houve inscrições neste ponto. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Eu pedia ao Sr. Presidente da Câmara para intervir. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Obrigado, Sr. Presidente. -----

Trata-se de uma situação que só não foi previamente prevista para esta Assembleia Municipal porque o Decreto-lei é do dia 14 de fevereiro, e não havia possibilidade de o fazer de outra forma. Estamos a viver um momento político em que todos, penso eu, estamos de acordo – estamos sem Governo (ainda), estamos sem Orçamento, e estamos com duas Leis que não foram revogadas, para entrar em vigor no dia 1 de abril deste ano. Eu já referi aqui, quando foi do Orçamento, qual é o problema, ainda ontem a Autoridade Tributária fez uma *Webinar* com todos os técnicos das Câmaras da parte financeira, para discutir qual é o documento de suporte aos Orçamentos Municipais, se a Proposta de Lei que foi chumbada para o Orçamento, se o Orçamento que estava em vigor em 2021, e que, por duodécimos, está em 2022. Chegaram à conclusão de que deveria ser a Proposta de Lei que foi chumbada. E por quê? Por uma razão simples: porque todos os Orçamentos Municipais, em termos de receita a receber do Estado, vão baixar. -----

Qual é o grave problema que aqui temos? É que na descentralização estavam previstas as verbas a enviar para os Municípios, num projeto de Lei, mas não estando previstas nem quantificadas as verbas para enviar para os Municípios pela descentralização no Orçamento de 2021, e que está em vigor por duodécimos. -----

No dia 14, saiu um Decreto-lei, e também com o compromisso da Associação Nacional de Municípios, a dizer que os Municípios que tivessem dificuldades em assumir a parte da Segurança Social, que teriam até dia 1 de janeiro de 2023. A verdade é que eu só consegui estar

um dia com uma técnica da Segurança Social de Bragança, e com o Sr. Diretor, que nos esteve a explicar o modelo macro, ainda não o modelo que se vai aplicar a cada um dos territórios. ---
Portanto, eu não sei – e esta é a minha reserva – se não teremos ainda um Decreto-lei que vá fazer o mesmo com a educação. E isto, por quê? Porque todos estávamos a prever que o Governo tomasse posse de imediato, não com esta coisa das eleições fora de Portugal Continental. E, portanto, a situação é: nós, neste momento, não estamos confortáveis – o Município – para assumir uma competência que não sabemos se vai ter o mesmo valor que estava previsto no Projeto de Lei que foi chumbado, ou que valor vai ter, porque no anterior não estava. -----

E aqui, solicitando aos Srs. Deputados Municipais que também tenham isto em linha de conta, eu não sei se não seria bom, nesta proposta que nós fazemos, que é de não aceitação das competências na área da Segurança Social, se não seria bom – mas aqui, tinha de ser por iniciativa dos Srs. Deputados, porque não está regulamento por Decreto-lei esta alteração – eu penso que o Município de Bragança o fez na última Assembleia Municipal – não tenho a certeza, mas penso que o fez – que seria, se não tivéssemos o Orçamento – porque sem Orçamento, nós não conseguimos fazê-lo – também conseguir que a descentralização na área da educação pudesse ser também para janeiro de 2023, porque se tivermos um Decreto-lei a dizer isso mesmo daqui a um mês, vamos estar aqui todos a ter que reunir à pressa para conseguirmos, de alguma forma, obviarmos a uma falta orçamental, que nem é culpa, nem do Poder Central, porque não estava a contar com esta alteração, nem dos Municípios, que têm uma Lei que estava em vigor, mas não foi alterada, nem foi revogada. E este é o problema que temos. -----

Na conversa que tive com o Sr. Diretor da Segurança Social, disse que não havia possibilidades, porque a Lei não tinha sido revogada, e nós tínhamos que ficar com os poderes. Mas, não tínhamos Orçamento. E a verdade é esta, é que não temos Orçamento, e ninguém se lembrou de revogar a Lei. -----

A da Segurança Social veio no dia 14, a da educação, não sei se virá. Agora, eu solicitava aos Grupos Parlamentares que pudessem – esta sim, para votar, para ir para 1 de janeiro de 2023, na parte da Segurança Social, mas também fazerem uma informação para o Executivo, para acautelar a situação da não entrada em vigor em abril, se não houver orçamento, porque não temos orçamento para pagar aos funcionários, a Câmara não tem. Isto muito sinceramente, não o tem. -----

Portanto, deixava isso à vossa consideração, sendo que no caso da Segurança Social, volto a dizer, a proposta é que só assumamos as competências, conforme está previsto no Decreto-lei, em 1 de janeiro de 2023. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Presidente. -----

Intervenções? Sr. Deputado João Leonardo, faça favor. Então, cinco minutos, para os líderes dos Grupos Parlamentares reunirem. Pedia rapidez, se não se importassem. -----
(Interrupção dos trabalhos). -----

-----**O Presidente de Mesa:** Srs. Deputados, então iríamos retomar os trabalhos. -----
Sr. Deputado, faça favor. -----

-----**O Deputado João Leonardo:** -----

-----**“Tomada de posição da Assembleia Municipal de Torre de Moncorvo:**-----

No âmbito da transferência de competências para os Municípios, nomeadamente no domínio da educação e da ação social, os Grupos Municipais do PSD, CDS e PS manifestam a posição contra a aceitação de qualquer transferência enquanto não estiver garantida a respetiva preparação e adaptação, ao nível da formação de recursos humanos, e de adaptação ao nível dos sistemas de informação e verificação dos dados financeiros.” -----

Foi assinada pelos três Grupos Parlamentares, e vou entregar na Mesa. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Quem pretende intervir sobre este Ponto n.º 7? Este Ponto n.º 7 vem na sequência da admissão daquele despacho. Não há intervenções. -----

Então, vamos votar. Então, vamos primeiro votar o ponto do Decreto-lei n.º 23/2022, o adiamento da transferência de competências na ação social para o dia 1 de janeiro de 2023. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do n.º 5 do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, deliberou **por unanimidade, aprovar a “prorrogação até 1 de Janeiro de 2023 do prazo para concretização da transferência de competências no âmbito da ação social”**. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

-----**O Presidente de Mesa:** E agora, esta tomada de posição, que é sobre a transferência de competências municipais, nomeadamente no domínio da educação, enquanto não houver definição das competências financeiras, dos recursos humanos, etc. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, na sua redação em vigor, deliberou **por unanimidade, aprovar a “tomada de posição da Assembleia Municipal de Torre de Moncorvo, no âmbito da transferência de competências para os Municípios, nomeadamente no domínio da educação e da ação social, onde os Grupos**

Municipais do PSD, CDS e PS manifestam a posição contra a aceitação de qualquer transferência enquanto não estiver garantida a respetiva preparação e adaptação, ao nível da formação de recursos humanos, e de adaptação ao nível dos sistemas de informação e verificação dos dados financeiros." -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

-----**O Presidente de Mesa:** Passamos ao terceiro ponto - Período de intervenção do público.--
Não há inscrições. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Terminado o período da ordem do dia, iríamos passar à minuta da ata. -----

-----Seguiu-se a leitura da minuta da ata, que submetida à votação foi **aprovada por unanimidade**. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Antes de me despedir de vocês, dizer que está ali um livro de oferta, que penso que tem a ver com os vinte e cinco anos da Biblioteca Municipal. As pessoas passam e levam um livro. -----

Muito obrigado a todos, e um bom almoço. -----

-----Para constar e para os demais efeitos legais, se lavrou a presente ata, que depois de apreciada e votada, será rubricada e assinada por todos os membros da Mesa.-----

O Presidente da Mesa,



(Luis Miranda Rei)

1.º Secretário da Mesa,



(Pedro Carrasqueira)

2.ª Secretária da Mesa,



(Fernanda Silva)